

## Outubro

**[24] Debate: "Indicadores de desenvolvimento da criança"**

Às 20h. Debatedores: Domingos Paulo Infante e Julieta Jerusalinsky. Local: rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu/São Paulo/SP. Informações 11-3864-2330 / 3865-0017, cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br

**[29] VI Congresso Brasileiro de Abordagem Gestáltica – IX Encontro Nacional de Gestalt Terapia.**

Local: Centro de Convenções do Hotel Serrano, Gramado/RS. Fone (51) 3328-9614/ 3328-9612 – igestalt@igestalt.psc.br ou www.igestalt.psc.br

**[30] II Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise.**

No Hotel Glória, Rio de Janeiro. Informações pelo fone/fax (11) 3661-8434 www.estadosgerais.org/mundial\_rj/index.htm

**[30] "Os Grupos Balint: a Humanização da Medicina através da Psicodinâmica"**

Reuniões clínicas do Departamento de Psicodinâmica do Instituto Sedes Sapientiae. Apresentação do dr. Rubens Hirsler Bergel. Horário: 20h30. Informações no (11) 3866-2730, secretaria@sedes.org.br ou www.sedes.org.br

## Novembro

**[10 à 14] XI Semana de Psicologia.**

Local: Unesp, Bauru – Centro Acadêmico de Psicologia (CAPS). Inscrições (14) 221-6000 ou caps\_i\_unesp@yahoo.com.br

**[11] Audiovisual "Para Conhecer Carl Gustav Jung".**

Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Local: rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu/São Paulo, das 17h às 19h. Informações: (11) 3864-2330 / 3865-0017. E-mail: cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br

**[11] "Jornada de Adolescência: Significados e Mitos".**

Local: Colégio São José. Organização: Centro de Integração Psicológica e Profissional – Bauru. Fone (14) 224-3515.

**[19] Palestra "A Escrita do Caso" apresentada pela psicanalista Ana Maria da Costa.**

Local: Escola de Psicanálise de Campinas. Organização da Editora Escuta. Fones (11) 3672-8345, 3865-8950, 3675-1190 ou www.editoraescuta.com.br

**[28] Debate: "A Morte em Lacan, Jung e nas Narrativas Populares".**

Debatedores: Carmem Lúcia de Faria Vieira, Heloísa Prieto e Paulo Bloise Local: Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu - São Paulo. Horário: às 20h. Informações: (11) 3864-2330 / 3865-0017 ou cep@centropsicanalise.com.br

**[29 e 30] 3º Congresso Argentino e 1º Congresso Ibero-americano de Acompanhamento Terapêutico.**

Informações e inscrições: (11) 4866-4975/ 4863-9755/ 4982-5011 e congresoat2003@psicomundo.com ou www.psicomundo.com/argentina/congresoat2003

## Março/2004


**[12] Curso de Especialização em Terapia Cognitiva (24 meses).**

Coordenadora: Ana Maria Serra, PhD – Organização Instituto de Terapia Cognitiva. Inscrições: de 6 de Outubro à 20 de Dezembro de 2003. Informações: (11) 4166-5660 - itc@itc.web.com ou www.itc.web.com

### Psicologia do esporte é tema de evento

Nos dias 21 e 22 de novembro, o Simpósio de Psicologia do Esporte discutirá os rumos dessa especialização no Brasil. Organizado pelo Instituto Sedes Sapientiae, o evento abordará a criação da especialidade, o papel do profissional e as aplicações da psicologia nas várias vertentes do esporte. Está prevista a apresentação das monografias de conclusão do curso de Psicologia do Esporte da primeira turma de especialistas formada pelo instituto. A conselheira do CRP-SP, Wanda Maria Junqueira e Cecília Pescatori, membro da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), participam da mesa de abertura no dia 21, às 18h. Informações e inscrições no fone (11) 3866.2730 ou www.sedes.org.br

# psi

jornal de psicologia  crp sp

número 137 • setembro | outubro 2003

## Políticas públicas comemoram o lançamento do Banco Social

De Volta para Casa é o primeiro projeto definido

Psicologia social é reconhecida como especialidade



## 02 Editorial

**Conversando com o Psicólogo** Avaliação e perícia, funções que ainda geram dúvidas 03

**Ciência e profissão** Psicologia hospitalar contribuiu para melhorar qualidade da saúde 04

06 **Questões Éticas** Redação correta de documentos evita denúncia no Conselho

**Formação** Proliferação de faculdades dificulta avaliação da qualidade de ensino 08

09 **Opinião** Marilena Chauí descreve a democracia sob o novo governo

**Interior** Psicólogos da Baixada Santista começam a integrar os conselhos municipais  
Artigo: Antonio Augusto Pinto Junior alerta para a violência doméstica contra criança 10

**Seção Aberta** Banco Social repercute fora das fronteiras da psicologia 12

14 **Orientação** Pesquisa avalia primeiros impactos da especialização na categoria

**Políticas Públicas** "De Volta pra Casa" procura ressocializar internos de hospitais psiquiátricos 15

16 **Nuestra América Latina** Centrais sindicais defendem emprego combatendo globalização

**Um Mundo Melhor é Possível** Suicídio em São Paulo une CRP-SP e prefeitura 18

20 **Livros**

**Estante** 22

23 **Mural**

**Agenda** 24



### Conselho Regional de Psicologia SP

**Psi Jornal de Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

#### Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock  
Vice-presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves  
Secretária | Mariângela Aoki  
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

#### Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimar Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Wanda Maria J. Aguiar de Aguiar; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

#### Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Talino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

#### Gerente-geral

Diógenes Pepe

#### Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite  
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

**Edição e textos** Alp-y Consultoria e Assessoria de Imprensa Ltda. (11) 5908-1307

**Jornalista Responsável** H. Carrijo (MTb 17.396)

**Colaboração** Perla Rossetti, Roberto Lima e Mari Menda

**Projeto gráfico e Edição** Fonte Design (11) 3081 5892

**Ilustrações** Juliana Migueletto

**Impressão** Gráfica Benfca

**Tiragem** 55.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

#### Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

#### E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site <http://www.crpsp.org.br>

#### Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932

Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento”

Marilena Chauí

“A política educacional desenvolvida no Regime Militar foi direcionada para a reserva de mercado, formando mais gente que o mercado pode absorver, achatando os salários”

Sérgio Leite

“Alguns eixos marcam a busca de projetos pelo Banco Social: crianças e adolescentes, reforma psiquiátrica, desemprego e economia solidária”

Ana Bock

“O psicólogo hospitalar é aquele membro da equipe interdisciplinar que possui um estetoscópio para auscultar o silêncio do sofrer...”

(autor desconhecido)





# O cenário da Psicologia

O Banco Social de Serviços em Psicologia deverá ser um marco para a profissão dos psicólogos, pois, depois de um ano de trabalho, o resultado será um documento propositivo de políticas públicas a partir da inclusão dos serviços de psicologia. Hoje, uma proposta como esta é necessária e imprescindível. Estamos alcançando a marca dos 125 mil psicólogos no país. São milhares de profissionais interessados em prestar serviços de psicologia à sociedade brasileira. Não podemos mais pensar em resolver nosso problema de mercado de trabalho com divulgações tímidas da importância de nossas contribuições, como fizemos no passado. Não podemos mais esperar que os empresários e o serviço público se convençam da necessidade dos psicólogos. É preciso que nos coloquemos em cena para demonstrar à sociedade nossa competência e nossas contribuições para a melhoria da qualidade de vida em nosso país. Esse é o objetivo do Banco Social que está inaugurando seus trabalhos e já possui mais de 2500 profissionais cadastrados, demonstrando seu interesse em participar desta experiência. Desemprego, economia solidária, criança

e adolescente e reforma psiquiátrica são os eixos que nortearão o Banco Social de Serviços em Psicologia.

Acontecem, neste mesmo cenário, outras iniciativas importantes.

O Fórum de Ética é um esforço coletivo da categoria dos psicólogos para atualização do Código de Ética e para o desenvolvimento do debate neste campo. O Fórum nasce nas pequenas regiões e vai crescendo e aglutinando profissionais; atinge o auge nos Fóruns Regionais e depois desemboca no Fórum Nacional, no qual 45 delegados dos 15 Conselhos Regionais se encontram para tomar as decisões e oferecer ao CFP e CRPs as referências para a mudança do código.

O V Congresso Nacional da Psicologia é outra iniciativa importante. Começa em eventos preparatórios debatendo diversos assuntos, que têm como tema central: "Protagonismo Social da Psicologia - as Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais". Desenvolve-se em pré-congressos, nos quais os psicólogos elaboram, a partir de debates, as teses que serão apreciadas pelos delegados eleitos para os Congressos

Regionais e o Nacional. De setembro de 2003 a junho de 2004, quando ocorre o V CNP, em Brasília, os psicólogos deverão discutir todos os assuntos pertinentes à Psicologia para que resultem em orientações políticas para as ações dos Conselhos de Psicologia no triênio 2004/ 2007.

O debate sobre diretrizes curriculares para a Psicologia continua e tem, no momento, seu eixo de preocupação colocado na escalada privatista na Educação brasileira. A reforma psiquiátrica também se mantém em pauta para os psicólogos, exigindo nossa atenção permanente. É preciso pressionar os órgãos públicos para que encaminhem a reforma; é preciso apoiar as iniciativas do Governo que são valiosas para o sucesso desta reforma.

O cenário da Psicologia tem, portanto, muitos eventos e assuntos que merecem a atenção e colaboração de todos. Não são projetos fáceis; são projetos que só serão bem sucedidos se forem amplamente coletivos. Psicólogo, fique atento e responda aos chamados dos Conselhos de Psicologia. Estamos buscando você para construirmos juntos o futuro da Psicologia Brasileira. ●

## Cartas

### Dia do psicólogo

Deixo meus cumprimentos aos psicólogos e organizadores, na pessoa de Vossa Senhoria, por este acontecimento de grande importância para nossa sociedade e coloco meu mandato a disposição de toda categoria.

Beth Sahão  
Deputada Estadual

Estimados Psicólogos Brasileños,

Com motivo de la celebración em Brasil del Día del Psicólogos este 27 de agosto, la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología le envía a los psicólogos brasileños una calurosa felicitación.

En la actualidad, cada vez es más reconocido y valorado el papel que juega el psicólogo en el desarrollo de la sociedad y en la defensa y promoción de la integridad del ser humano. Esto se há logrado con el concurso y la actuación científica y profesional de los mismo psicólogos. En el caso de Brasil, es enteramente satisfactorio y alentador saber que los psicólogos cada vez están desarrollando un papel protagónico revestido de un enorme compromiso social.

Además, su participación en la construcción de la unidad de los psicólogos latinoamericanos há sido fundamental. Sirva la presente como reconocimiento al trabajo del psicólogo brasileño.

Les rogamos de la manera más atenta lo hagan extensivo al conjunto de colegas brasileños.

Mtro. Raúl Rocha Romero  
Secretario Ejecutivo de ULAPSI

Cumprimento a todos os psicólogos, na pessoa de V.Sa., meu reconhecimento por esta atividade que exige tanta sabedoria e dedicação. Parabéns pelo dia do psicólogo.

Vereador Toninho Paiva

Congratulamo-nos com o CFP e os CRPs pelo dia Nacional do Psicólogo, especialmente pela lançamento do Banco Social de Serviços em Psicologia, tendo em vista que buscamos o mesmo ideal enquanto ciência e profissão, ao mesmo tempo lutando pela melhoria de condições e qualidade de vida em nosso país. Estamos nos colocando a disposição para as discussões visando à atualização do Código de Ética.

Salomão Rabinovich  
Presidente da Comissão Ética, Cidadania e Direitos Humanos da Academia Paulista de Psicologia.

O COREN-SP cumprimenta-a pela passagem do dia do Psicólogo, um grande abraço.

Ruth Miranda de Camargo Leifert

Meu cordiais cumprimentos no dia de comemoração aos 41 anos da Psicologia.

Augusto Viana - CRECI/SP

A Câmara Municipal de Assis, através dos legítimos representantes da comunidade, congratula-se com o Conselho Regional de Psicologia, Sub-Sede de Assis e aplaude efusivamente a todos os Psicólogos de nossa cidade, pela passagem do "Dia do Psicólogo".

João Rosa da Silva Filho  
Vereador - PFL

### Erramos:

Ao contrário do informado na reportagem "Estatuto da Criança e do Adolescente precisa de vontade política para sobreviver" (Políticas Públicas - Edição n° 136, agosto 2003), o professor de Direito da Infância e Juventude da Escola de Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul, João Batista Costa Saraiva, defende que o módulo máximo de internação para o adolescente em conflito com a lei seja de 5 e não de 15 anos.



# Psicólogos ainda têm dúvidas sobre as diferenças entre perícia e avaliação psicológica

A falta de clareza sobre as distinções e finalidades entre perícia e avaliação psicológica no campo jurídico é uma dúvida detectada pelo setor de atendimento do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Dayse Cesar Franco Bernardi, especialista em Psicologia Jurídica, presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica e coordenadora do curso de especialização em Psicologia Jurídica do Instituto Sedes Sapientiae, diz que a confusão não se justifica e responsabiliza os cursos de formação por não darem o devido valor à psicologia jurídica, especialidade que vem atraindo a atenção da categoria cada vez mais.

Dayse explica que a distinção que se faz entre perícia e avaliação psicológica está no papel atribuído a cada uma destas funções. O psicólogo judiciário usa sempre a avaliação psicológica como primeiro e principal instrumento para analisar os vários e distintos casos que chegam à Justiça. Nas Varas Cíveis, este profissional atua em casos como os de interdição e danos psíquicos. Nas Varas Criminais, em situações de vitimização de crianças tratando do ponto de vista das famílias e dos indivíduos abusadores. Nas Varas da Infância e Juventude, em todos os casos em que os direitos da criança são ameaçados ou violados. A vitimização, por exemplo, é trabalhada tendo a criança como sujeito principal da análise, buscando garantir seus direitos à proteção especial.

A avaliação psicológica é um procedimento utilizado para diagnosticar a situação de conflito e as pessoas nelas implicadas, e que foi trazida para o âmbito judicial na busca dessa garantia de proteção da criança. Pressupõe uma intervenção no caso por meio de um estudo, às vezes prolongado, da vítima, do contexto em que tudo aconteceu, dos familiares e de outros indivíduos envolvidos no processo judicial. Nesse caso, o de uma criança abusada, o psicólogo judiciário vai buscar as condições da vitimização e procurar saídas para a situação da criança e da família abusiva. É comum que seja feito um estudo de campo, na escola, na vizinhança, com as figuras de apego da criança, usando todo os instrumentais e ferramentas disponíveis como testes gráficos e inventários de personalidade, que se mostram pertinentes ao caso e à situação institucional. Implica em trabalhos de acompanhamento e encaminhamentos posteriores, diferenciando-se de um trabalho eminentemente pericial.

Nas Varas de Família e Sucessões, em

processos contenciosos, como os de separação conjugal, disputa de guarda de filhos, regulamentação de visitas e outros, os psicólogos são nomeados peritos pelos juízes, e nessa posição realizam as avaliações psicológicas de todas as pessoas que compõem o caso a ser julgado. As entrevistas e a utilização de técnicas de exame e investigação são fixadas de acordo com a natureza e gravidade do caso. A elaboração do laudo e/ou relatório pericial, com a apresentação de um parecer indicativo e/ou conclusivo sobre a matéria examinada é a maior diferenciação quanto a forma de documentar o trabalho psicológico no processo. O laudo pericial encerra o trabalho do perito nos autos e oferece ao juiz elementos do ponto de vista psicológico, para que ele possa decidir o processo com novas bases de conhecimento além do Direito.

Dayse observa que o trabalho do psicólogo judiciário é muito delicado porque envolve pessoas que não escolheram passar por uma avaliação. "Isto exige do profissional um compromisso ético muito grande com o sujeito que está sendo avaliado", diz. "O psicólogo deve desenvolver a escuta e trazer para a realidade toda a complexidade e subjetividade do indivíduo, de como ele se relaciona com os fatos sociais", aconselha. Ela destaca este cuidado porque, ao contrário dos ritos jurídicos, em que os advogados apresentam suas retóricas, às vezes, desprovidas das expressões mais íntimas das pessoas, preocupados com o fato julgado. "Na avaliação, o psicólogo busca ouvir a verdade da vítima e do abusador que só ali terão a oportunidade de dizer o que realmente sentiram e estão sentindo", ressalta.

A avaliação psicológica faz, portanto, parte dos elementos que vão embasar uma perícia que é assumida por um psicólogo judiciário por indicação do juiz. O perito, explica Dayse César, é um *expert* nomeado pelo magistrado para fazer um laudo e um parecer sobre o caso. No parecer, o perito sugere, faz indicações e encaminhamentos. O laudo conclusivo do ponto de vista psicológico leva em conta as avaliações realizadas, seus diagnósticos e indicações que municiarão o magistrado na tomada de posição. Dayse atenta para o cuidado na elaboração do laudo que deve estar bem fundamentado e claro. O CFP tem resolução que indica manual para elaboração de documentos a partir de avaliação psicológica (Resolução CFP nº. 007/03 - ver matéria na página 06).

"A responsabilidade do psicólogo, imbuído de realizar a perícia, é muito grande pois suas opiniões vão embasar uma decisão ju-

**“A responsabilidade do psicólogo, imbuído de realizar a perícia, é muito grande, pois suas opiniões vão embasar uma decisão jurídica”**

**Dayse César Franco Bernardi.**

rídica”, adverte. “O laudo terá desdobramentos no futuro da vítima e das pessoas envolvidas no caso e poderá ser contestado pelos advogados”, acrescenta. “A clareza desta peça jurídica é importante, ainda, para dar identidade à criança que tem direito a conhecer sua origem”, diz. “O psicólogo judiciário deve, portanto, evitar os termos técnicos em um laudo que servirá tanto para o juiz quanto para que as pessoas envolvidas no processo entendam o significado das conclusões do psicólogo”, finaliza.

Dayse César observa que as dúvidas que giram em torno dessa matéria tem o lado positivo de indicar o interesse do profissional pela especialidade, apesar de o psicólogo judiciário ter sido incorporado ao quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo apenas no início dos anos 80. Trabalhando sobretudo com demandas sociais e psicológicas que permeiam o cotidiano das Varas da Infância e Juventude e Varas da Família e das Sucessões, os profissionais da psicologia foram, aos longo desses anos, tornando-se essenciais para a implementação de outros trabalhos, dentre eles o atendimento aos servidores do TJSP. Mas Dayse diz que o número de profissionais no TJ, cerca de 500, não responde a demanda. Ela diz que as condições de trabalho não são adequadas e diz que falta ao Estado mais investimentos na área para abrir vagas, por meio de concursos públicos, de psicólogos judiciários.

Dayse informa que o site da AASP ([www.aasptjsp.org.br](http://www.aasptjsp.org.br)) mantém um acervo de teses, dissertações e bibliografia. A Associação Brasileira de Psicologia Jurídica está se organizando e se fortalecendo em todo o Brasil, já possui representações em todos os estados e vem preparando o próximo congresso internacional, em setembro de 2004, quando serão debatidas as práticas internacionais de Psicologia Jurídica. Mais informações sobre o congresso no Instituto de Psicologia do Mackenzie, (11) 3236-8451. •



# Progresso na saúde inclui psicologia hospitalar

Profissionais conquistaram reconhecimento e ajudam na recuperação de pacientes



O notável desenvolvimento da medicina tem contribuído para modificar a relação do homem com seu corpo e com a vida. A alta sofisticação diagnóstica e das técnicas de tratamento representaram enorme progresso e possibilitaram inegável incremento da qualidade da saúde. Entretanto, apesar desta revolução tecnológica da medicina, a situação do adoecer não é simples para quem a experimenta. Ela provoca angústia, dor, medo, insegurança, raiva, revolta e muitas vezes depressão.

Para lidar com esta dimensão existencial que se potencializa no adoecimento, uma nova área de atuação da Psicologia denominada Psicologia Hospitalar, vem ganhando força e cada vez mais espaço no Brasil. Essa é uma especialidade clínica que se exerce nos hospitais, nas instituições de saúde, grupos da área biomédica que tem como objetivo disponibilizar para o enfermo o saber psicológico. Sua principal contribuição reside na escuta do paciente, de forma a auxiliá-lo a atravessar este momento que muitas vezes é assustador, delicado e solitário, de perda temporária ou permanente da saúde. “É uma área na qual lidamos com o confronto do sofrimento físico com o sofrimento psíquico”, declara a presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), Patrícia Ruschel.

A psicologia hospitalar já é uma especialidade reconhecida no âmbito da saúde, tendo uma atuação fundamental nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), nas unidades de hemodiálise, nos Pronto-Atendimentos, entre outros. Participa também em equipes interdisciplinares, nas mais diversas áreas da medicina. No Senado Federal, tramita projeto de lei do senador João Alberto Souza (AM) que torna obrigatória a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privada, no sentido de “promover o alívio do sofrimento do enfermo”.

Estudos realizados por Heloisa Benevides Chiattonne e Ricardo Werner Sebastiani, ambos da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde e Hospitalar (ABPSH), revela que a história da Psicologia Hospitalar tem suas primeiras menções formais com a inserção do psicólogo no quadro funcional do Hospital Mc Lean, de Waverly, Massachusetts, fundado em 1818, determinando, então, a formação de equipe interprofissional com Patologistas, Fisiologistas, Bioquímicos e Psicólogos.

Entre 1925 e 1930, pela primeira vez no Brasil, os conflitos emocionais e o papel das condições culturais e afetivas do ambiente passaram a ser considerados com a fundação dos Serviços de Higiene Mental em São Paulo. Em 27 de agosto de

1962, com a regulamentação da profissão de psicólogo no país, crescem as oportunidades de ampliação do campo de trabalho em psicologia clínica.

“Exceto Cuba, que tem uma outra realidade, hoje o Brasil está sendo considerado como referência para outros países latino-americanos no que se refere às conquistas políticas, científicas e no campo da assistência em psicologia hospitalar e saúde. Em particular, pelo reconhecimento de nosso trabalho pela população e demais profissionais de saúde”, destaca Sebastiani, que atua na área de psicologia hospitalar desde 1977 e hoje é coordenador científico do Nêmeton - Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde.

No trabalho realizado em parceria com Heloisa Chiattonne, Sebastiani constatou que é cada vez mais presente o reconhecimento de fatores psicológicos interferindo, determinando, muitas vezes agravando quadros orgânicos. Dessa forma, alguns anos atrás, gradativamente, alguns hospitais passaram a receber em seus quadros de funcionários, profissionais da área de Psicologia. A princípio, um trabalho muito mais voltado à área ambulatorial, inserido aí o atendimento clínico clássico e, ainda, recrutamento, seleção e treinamento de pessoal. Com o passar dos anos, os hospitais passaram a absorver



trabalhos psicológicos nas enfermarias, atendimento de apoio, individuais ou em grupos. Com isso, o psicólogo passou a integrar as equipes interdisciplinares, nesse momento, já buscando o aperfeiçoamento do atendimento e a humanização dos diferentes serviços.

Aos poucos e ultrapassando muitas resistências, o psicólogo com formação hospitalar impôs seu trabalho neste ambiente, somando esforços junto às equipes no sentido da promoção da saúde. Importante ressaltar que as dificuldades foram e ainda são grandes na medida em que a formação acadêmica do Psicólogo ainda não o provê adequadamente para a atuação no hospital. Apenas recentemente, algumas faculdades de Psicologia inseriram, em seus currículos, cadeiras ou cursos optativos na área. Até então, a atuação do psicólogo hospitalar se devia a profissionais que “adaptaram” a atuação clínica tradicional à instituição hospitalar e desenvolveu esta especialidade. “Temos cada vez mais universidades introduzindo a disciplina de psicologia hospitalar nos seus cursos, o que mostra um grande entusiasmo de uma área que está em expansão”, comemora Patrícia Ruschel, presidente da SBPH.

Certamente, um aspecto que diferencia o trabalho do psicólogo em consultório e em hospital é o fato de que a atuação do psicólogo hospitalar é permeada pela mul-

tiplicidade de solicitações. Assim, ele pode atender um paciente em pré-operatório, um outro com um surto psicótico na UTI ou uma tentativa de suicídio no pronto socorro; também pode ser um paciente terminal ou um outro que não deseja tomar a medicação ou, até mesmo, um membro da equipe de saúde “estressado”. A multiplicidade de solicitações desenvolveu neste profissional consistente e rápida capacidade de ação emergencial.

Para Patrícia, nota-se que a ação do psicólogo em hospitais tem trazido resultados positivos. “Percebemos maior aderência ao tratamento. O paciente esclarecido e apoiado fica mais disposto a se tratar. Além disso, diminui o prazo de internação, permitindo que o hospital possa atender mais pacientes”, destaca.

**Recompensa** - Ainda de acordo com o documento elaborado pelos dois especialistas, a psicologia hospitalar se impôs porque ocupou um espaço quase esquecido ou invariavelmente menosprezado dentro dos hospitais: a carência de elementos que ofereçam de forma plena, apoio, informações e ajuda emocional. O hospital é a instituição marcada pela luta constante entre vida e morte. Nele se encarceram as esperanças de melhora, de cura, de minimização ou suspensão do sofrimento. Mas também o hospital é a instituição marcada pela morte, sempre alerta, sempre presente. Paradoxalmente, numa ba-

talha constante frente a condutas terapêuticas, tencionando o profissional de saúde que está sempre preparado para a melhora, a cura, mas muito angustiado frente à morte, à derrota. “Ser atendida pela psicóloga é estar sendo cuidada não só do corpo, mas também como ser humano. A psicóloga cuida da parte ‘sentimental’. Ninguém gosta de ser abandonado no hospital”. É o que diz a paciente do Hospital Brigadeiro, Z. B. C.

Para Ricardo Werner Sebastiani, o trabalho do psicólogo em hospital é uma experiência única. “Nesses 26 anos de atividade, o exercício da profissão e da especialidade ainda são marcantes para a minha vida, tanto pessoal como profissional. A possibilidade de desenvolver meu trabalho junto a pessoas em situações tão extremas da existência mostra, todos os dias, a importância e a profundidade da psicologia como ciência e do psicólogo como profissional no cuidado com o humano. Aprendo e aprendo com cada uma dessas pessoas a importância do cuidado, do afeto, do respeito à dignidade para com a vida e a morte”, enfatiza. Aos novos profissionais que pretendem atuar nesta área, Sebastiani lembra que ainda “temos muito a fazer, grandes desafios a enfrentar, e uma luta muito grande para levar efetivamente a Psicologia a contribuir com a melhora da qualidade de vida de nossa população”. ●

“É uma área na qual lidamos com o confronto do sofrimento físico com o sofrimento psíquico”

Patrícia Ruschel

Site da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar:  
[www.sbph.org.br](http://www.sbph.org.br)  
[sbph@sbph.org.br](mailto:sbph@sbph.org.br)

E-mail da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde e Hospitalar:  
[secretariogeral@abpsh.com.br](mailto:secretariogeral@abpsh.com.br)





# Documentos escritos: uma boa redação evita denúncias no CRP-SP

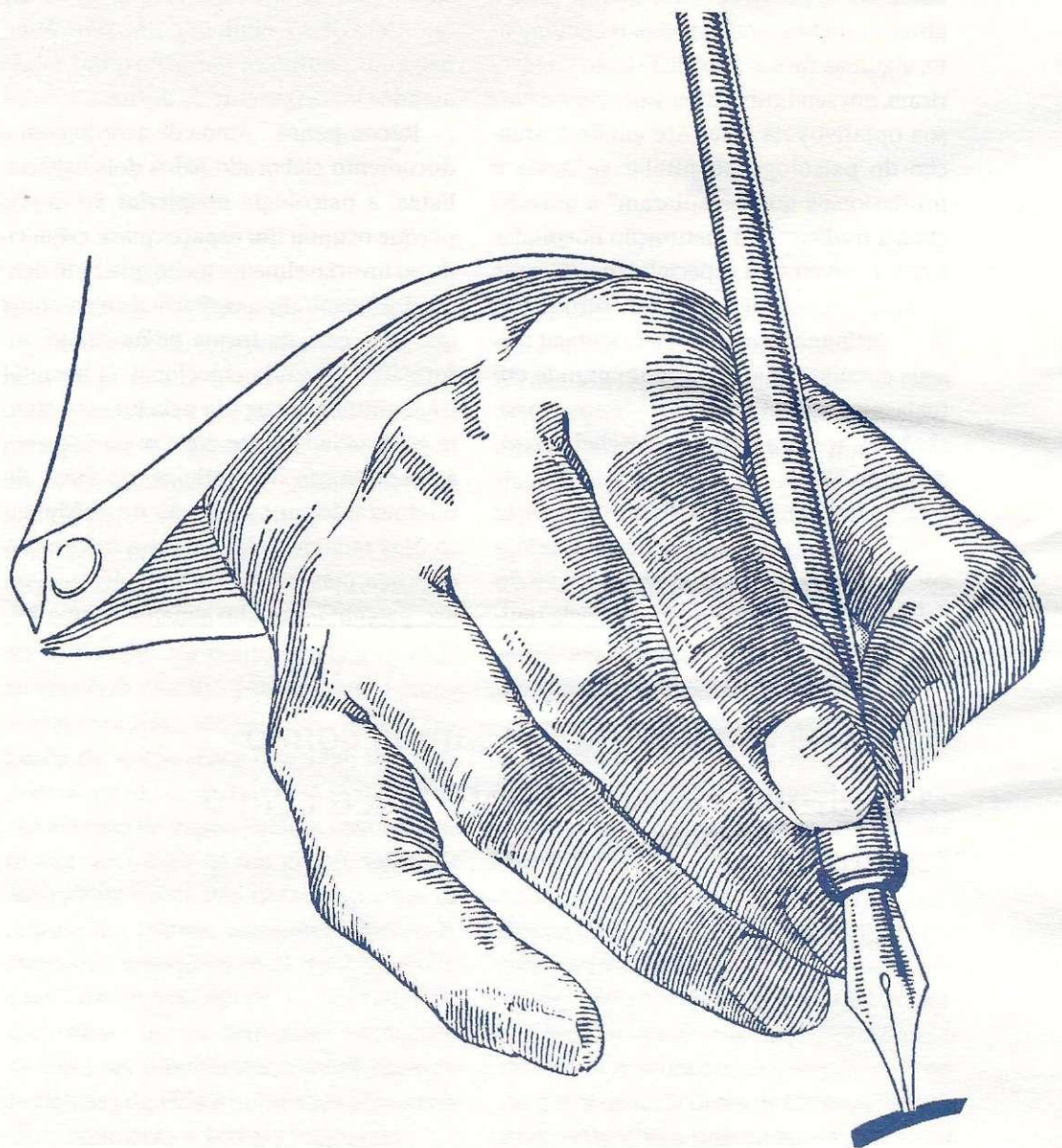
Resolução do CFP sugere simplicidade e boa fundamentação de laudos, relatórios e pareceres.

Uma constatação identificada pela Comissão de Ética acionou a luz vermelha do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Ao realizarem avaliações psicológicas, diagnósticos, e ao produzirem documentos escritos, seja para apresentar a um juiz num processo de guarda, seja para oferecer à escola a pedido dos pais de uma criança, os profissionais têm esbarrado na redação de declarações, relatórios, pareceres e laudos. O que pode parecer inofensivo esconde um sério problema. Em razão de textos mal redigidos e confusos, sem a devida fundamentação, cresce o número de denúncias que acabam por resultar em processos éticos, a maioria referente a situações de natureza de disputa judicial.

Segundo Elisa Zaneratto Rosa, presidente da Comissão de Ética do CRP-SP, ao não fundamentar adequadamente a sua posição, não deixando claro qual a metodologia utilizada para chegar à conclusão apresentada, o psicólogo deixa dúvidas e provoca mal estar. “As denúncias apontam posições descabidas do profissional, afirmações falsas ou sem a devida fundamentação, análises descuidadas, de forma que muitas vezes elas são produto de um relatório displicente”, revela. Ana Bock, presidente do Conselho, acredita que, se grande parte dos processos éticos se dá por conta de laudos mal escritos, “uma forma de resguardar melhor a imagem da categoria seria que o profissional procurasse reformular seus textos, redigir os documentos de maneira clara, objetiva e correta”.

Mas como produzir um documento claro, objetivo e bem redigido? Rogério Izidro Duran, presidente da Comissão de Registro de Especialistas do CRP-SP, sugere que se obedeça a Resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia. Ele diz que a Resolução dá as diretrizes para a boa redação de um texto. Primeiro, é preciso que a linguagem seja apropriada para quem vai receber o documento. Deve-se evitar as ambigüidades e o texto, sair do psicologismo. Ou seja, fugir do uso de jargões que não descrevem adequadamente o fenômeno que se quer relatar.

A fórmula é usar a simplicidade para que o profissional não se enrole no próprio cipó. “Se você não escreve seu laudo



com clareza, há prejuízo para o usuário do serviço e para o psicólogo, que não vai ser reconhecido como capacitado, e para a Psicologia, porque a imagem profissional pode sofrer abalos”, adverte. Rogério cita o exemplo de “um laudo judicial, que mal escrito, pode gerar problemas para o psicólogo com a Justiça e, principalmente, causar embaraços jurídicos para o usuário”. Para ele, os documentos mal escritos provocam muitas queixas, principalmente na interface com advogados e nas questões relacionadas ao Direito.

Elisa Zaneratto Rosa identifica uma das raízes do problema na formação profissional do psicólogo, que não estaria dando a devida atenção à forma como se traduz nos documentos as conclusões e análises decorrentes de atendimento e avaliação psicológica, assim como às implicações deste trabalho. Mas ela acredita que as condições de trabalho do profissional, quando inadequadas, são também determinantes no resultado dos laudos psicológicos.

Elisa reconhece que, apesar das dúvidas e queixas, houve um avanço em relação à questão da qualidade dos documentos, desde que os parâmetros baixados pelo Conselho Federal de Psicologia foram adotados, na medida em que os profissionais têm agora uma referência a se remeter. Mas, segundo ela, apenas seguir as normas não garante a qualidade do documento e do trabalho realizado. “É necessário que haja uma reflexão por parte do profissional de que os laudos e relatórios por ele produzidos terão desdobramentos sobre os sujeitos envolvidos, o que exige cautela e responsabilidade nas fundamentações e posições assumidas”, diz ela. Mas ressalta: “É muito importante a referência da Resolução 007/2003, enquanto ferramenta à disposição do profissional, que ajuda na elaboração de um texto claro e com credibilidade, que oferece parâmetros à realização do trabalho, e que sobretudo procura garantir a qualidade técnica e ética do serviço prestado à sociedade”. ●



“As denúncias no CRP-SP apontam análises descuidadas, de forma que muitas vezes são produtos de um relatório displicente”.

Elisa Zaneratto Rosa.

### Textos escritos: concisão e responsabilidade

A Resolução 007/2003 do Conselho Federal de Psicologia faz uma atualização da resolução anterior, de 2002, que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos. Ela descreve em detalhes tudo o que precisa constar de quatro documentos: declaração, atestado psicológico, relatório ou laudo psicológico e parecer psicológico, e deixa claro que, ao produzir o documento, o psicólogo deve se basear exclusivamente nos instrumentais técnicos, como testes, entrevistas, observações, escuta ou intervenções verbais.

A redação deve ser bem estruturada e definida, observando-se a correção gramatical e o texto deve ter uma ordem que permita sua compreensão. Além disso, a comunicação deve apresentar qualidades como clareza, concisão e harmonia. Também é importante que o texto se restrinja às informações que se fizerem necessárias, sem qualquer tipo de consideração que não tenha relação com a finalidade do documento específico.

Quanto aos princípios éticos, o Manual enfatiza o cuidado que o psicólogo deverá ter em relação aos deveres nas suas relações com a pessoa atendida, ao sigilo profissional, às relações com a justiça e ao alcance das informações.

A Resolução determina também que os documentos e o material que os fundamentou sejam guardados pelo prazo mínimo de cinco anos e reitera que o psicólogo e a instituição em que foi feita a avaliação psicológica são responsáveis por estes.

Adriana Marcondes, conselheira do CFP, professora doutora psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar da USP e integrante da comissão que sistematizou o trabalho de elaboração da Resolução sobre documentos escritos, afirma que no novo texto foram retirados os exemplos, porque, de certa forma, eles se referiam a situações descontextualizadas. Além disso, foram incluídos conteúdos definidos no 2º Congresso Nacional de Psicologia. Outra grande necessidade era que a avaliação sempre analisasse a demanda. Por que tal sujeito fora encaminhado? Outra novidade é que relatório psicológico e laudo agora são considerados a mesma coisa.

### Reformulando o Código de Ética

Em agosto e setembro aconteceram, no Estado de São Paulo, 18 Eventos, o Encontro Preparatório e o II Fórum Regional de Ética. A presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Bock, afirmou que o exercício profissional muda com o passar do tempo e a sociedade evolui na construção de suas regras, exigindo atualização do código de ética profissional dos psicólogos.

Os temas destacados para apresentação no II Fórum incluíram a redefinição do papel do assistente técnico, a atualização do Código de Ética no que diz respeito à referência a novas legislações, como ECA e Código de Defesa do Consumidor, entre outras questões. Outros aspectos debatidos tinham como intenção produzir referências no que se refere à qualidade da produção de documentos escritos. Um outro tema de preocupação levantado pelos participantes foi o atendimento psicológico via internet. Há ainda teses que propõem uma diretriz política para o Conselho na forma como a Psicologia é divulgada nos meios de comunicação.

No Fórum, os participantes construíram proposições não apenas às condutas profissionais e às diretrizes de políticas do Sistema Conselhos, mas também à redação e exatidão dos termos utilizados no código de ética da categoria.

Elisa Zaneratto Rosa, presidente da comissão de ética do CRP-SP e coordenadora do Grupo de Trabalho organizador do II Fórum Regional de Ética, avalia que, em grande parte, as propostas encaminhadas ao Fórum versaram sobre alterações pontuais no Código, havendo uma certa concentração em torno dos princípios fundamentais. Para ela, o volume de teses produzidas no Estado mostra que os psicólogos se mobilizaram para rever o documento. “Muitas sugestões coincidem. As considerações das cerca de 150 teses são muitas vezes, mesmo que pontuais, muito pertinentes, como a que pede a substituição da palavra menor por crianças e adolescentes, demonstrando um afinamento com o ECA.”

Os temas das teses foram divididos em: Princípios Fundamentais; Meios de Comunicação (publicidade e profissão); Justiça; Relação com Equipes Multidisciplinares; Pesquisa com Seres Humanos; Honorários; Observância, Aplicação e Cumprimento do Código; Especialistas; Fiscalização, Orientação e Supervisão; Responsabilidades Gerais; Relações com o Atendido; Sigilo Profissional; Criança e Adolescente e Relações com Instituições.

No Fórum, as pessoas se dividiram em grupos, sendo que cada um deles ficou responsável por avaliar um conjunto de teses. O Grupo de Trabalho organizador do II Fórum Regional de Ética avalia positivamente as discussões e encaminhamentos do Fórum. Apesar do tempo destinado à plenária ter ficado reduzido diante do número de apontamentos que a mesma levantou para a discussão das proposições dos grupos, o trabalho destes foi muito cuidadoso, sendo marcado por uma discussão de qualidade. Diante disso, a plenária optou por um encaminhamento que legitimou o produto dos grupos nos casos em que a discussão ficava prejudicada.

As teses aprovadas no Fórum Regional de Ética foram encaminhadas ao II Fórum Nacional de Ética, que acontece em Brasília, previsto para os dias 7 e 8 de novembro, para o qual três psicólogos foram eleitos delegados por São Paulo. O CRP-SP será representado pelos dois delegados eleitos no Fórum Regional e pelo delegado tirado da Plenária do Conselho.

#### INFORME PUBLICITÁRIO

### BARCELLOS ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Cid P. Barcellos  
OAB/SP 94.498  
Especializado na área Criminal

Lei 6.368/76 – Tóxico  
Lei 9.099/95 – Juizado Especial Criminal  
Lei 10.409/02 – Tratamento de usuário de droga

Consultoria Criminal  
Fone (11) 3063-4484  
R. Teodoro Sampaio, 1.015 cj. 02  
CEP 05405-100 – Jardim América – SP  
cidbarcellos@terra.com.br

### FREUD 24 vols

Promoção: 4 x 199,00  
Atendemos a todo Brasil  
Entregamos a domicilio  
(00\_\_73) 8803 8645

### Formação em Hipnose com Psicoterapia Breve

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo  
& Instituto de Hipnoterapia Educativa  
Destinado à Psicologia Clínica e Hospitalar  
**Hipnoterapia Ericksoniana em 178hs**  
**Hipnoterapia Educativa em 178hs**  
Fone: (11) 5585 3372 Fax: (11) 577 3692  
E-mail:  
miltonerickson@hipnoterapia.com.br  
Site: www.hipnoterapia.com.br

### Sociedade Brasileira Romain – Thiers

Formação Romain – Thiers I

Sociopsicomotricidade Romain – Thiers como instrumento que desperta o emocional, fundamentada na psicanálise e aplicada à grupos de crianças, adolescentes e adultos.

Duração: 3 anos  
Informações e Inscrições: (11) 5575-1538  
e-mail: helomuneratti@uol.com.br



# Novas faculdades: proliferação impede avaliação da qualidade dos cursos

O surgimento desordenado de instituições privadas de ensino preocupa especialistas.



O crescimento de instituições privadas de ensino superior no Brasil é cada vez maior. A constatação é do último levantamento do Censo do Ensino Superior, realizado pelo MEC entre 31 de outubro de 2001 até 30 de julho de 2003. Neste período, 544 instituições privadas foram autorizadas a funcionar, ou seja, um novo estabelecimento a cada 1,2 dia. Para se ter uma idéia, entre 1995 e 1998, a média era de 13,7 dias. O documento revela, ainda, que a quantidade de instituições públicas também aumentou no período da pesquisa, passando de 183 para 208, ou uma a cada 25 dias. O fato é que hoje as faculdades particulares respondem por 89,4 % do setor no país. Os números são alarmantes e as conseqüências preocupam pais, alunos e professores.

“Nós jamais nos posicionaremos contra a ampliação do ensino superior no Brasil, pois essa é uma necessidade que o país tem. A nossa grande preocupação é com a qualidade dos cursos que são oferecidos por estas instituições”, declara a presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Inara Leão. E é exatamente a questão da qualidade dos cursos que mais tem preocupado os especialistas. Ela diz que, atualmente, o próprio Ministério da Educação tem encontrado dificuldades para avaliar a qualidade dos cursos de Psicologia. “Estamos sem as diretrizes do curso já há algum tempo. Com isso, a proliferação está se dando quase de uma maneira desordenada. Temos algumas coisas muito boas e outras bastante questionáveis”, diz a presidente da ABEP.

Segundo dados do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o Brasil contabiliza cerca de 129 mil psicólogos. Hoje, aproximadamente, são 52 mil inscritos-ativos no CRP-SP. No que se refere à formação desses profissionais em São Paulo, conforme levantamento realizado pelo Conselho em 96, a grande maioria (86,6%) se for-

mou em faculdades particulares, contra 9,3% que vieram de escolas estaduais, 1,3% de federal e 1,1% de escola municipal.

Desconsiderando o grande número de não credenciados, o total de cursos, segundo o CFP, chega a 427 em todo o país; 130 deles em São Paulo. “Vale ressaltar que, nas últimas décadas, o número de escolas públicas é praticamente o mesmo”, destaca o conselheiro do CRP-SP, Sérgio Antônio da Silva Leite. Ele ressalta que o quadro atual é conseqüência de decisões tomadas no período do Regime Militar. “A política educacional desenvolvida nesse período foi direcionada para a reserva de mercado, formando mais gente do que o mercado podia absorver. Como conseqüência imediata, houve a proliferação das faculdades particulares; a médio prazo, o achatamento dos salários”, lembra ele.

Segundo especialistas, outro fator que contribui para o funcionamento de instituições irregulares é a necessidade de um diploma de curso superior - exigência do mercado de trabalho. Sob pressão, alguns desses futuros profissionais se descuidam na hora de escolher a faculdade em que poderão estudar. O Ministério da Educação alerta que diversas faculdades particulares não poderiam, sequer, realizar o exame vestibular, pois não estão devidamente regularizadas. Neste caso, para algumas, a saída tem sido funcionar na clandestinidade. “Nós não queremos assumir um papel de controle nem de fiscalização, mas estamos atentos, queremos poder dizer aos nossos associados em que momento as coisas estão ótimas e em que momento precisamos pensar nas correções”, complementa.

**Mudanças** - Uma Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, organizada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC analisou, desde abril de 2003, o atual sistema de credenciamento das faculdades brasileiras e enviou suges-

tões ao Ministro da Educação, Cristovam Buarque, para tornar o processo mais rigoroso. “Nós sabemos que existem fragilidades no sistema de regulação de novos cursos e queremos melhorar”, diz do secretário de Educação Superior, Carlos Roberto dos Santos.

No início de setembro, o ministro Cristovam apresentou uma proposta de reformulação do sistema de avaliação e regulação do ensino superior. O novo sistema de avaliação - o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) -, é baseado em três tópicos: o exame aplicado aos alunos, mas sem divulgação de notas por curso, a auto-avaliação e a avaliação externa. Para Cristovam Buarque, a nova avaliação será mais rigorosa e transparente. “O Exame Nacional de Cursos não será centralizado somente no desempenho do aluno, pois a instituição também será avaliada. A análise das universidades tem de incorporar mais a instituição e não ficar concentrada no aluno”, enfatizou. Segundo o presidente do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), Luiz Araújo, o novo sistema terá escalas, porque está ligado ao processo regulatório de autorização de cursos e reconhecimento de instituições, o que tornará mais fácil a avaliação de um curso”, declarou.

Para a presidente da ABEP, Inara Leão, essa fase de mudanças poderá ser propícia para a retomada das discussões a respeito das diretrizes do curso de psicologia. “A partir do momento que a psicologia tiver suas diretrizes, teremos os parâmetros e, a partir deles, poderemos discutir”, ressalta.

Enquanto as alterações não acontecem, é importante continuar atento às ações das faculdades particulares que, acima de tudo, não priorizam a educação nem tampouco primam pela seriedade e o compromisso com o ensino. Para saber se uma instituição de ensino superior tem autorização para funcionar é simples: basta acessar o site do Ministério da Educação ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)) e procurar a seção Secretaria de Educação Superior. ●

“A nossa grande preocupação é com a qualidade dos cursos que são oferecidos por estas instituições”

Inara Leão



# Democracia é conflito

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, no último dia 3 de agosto, a filósofa Marilena Chauí comentou os chamados conflitos que ocorrem hoje no país. Ela os considera legítimos e a expressão plena da democracia.

O que existe no Brasil é democracia em pleno funcionamento. É uma coisa espantosa e certamente deixa as pessoas desorientadas porque é uma experiência inédita no país. Mas é a mais profunda experiência de democracia que esse país já teve.

Todas as categorias profissionais e todas as classes sociais se manifestam livremente, a favor e contra as medidas governamentais. Os grevistas não são desqualificados como caipiras, atrasados, incompetentes. São levados a sério e se negocia com eles. Há uma claríssima discussão sobre direitos: tanto a questão de direitos adquiridos, e se estão ou não sendo feridos por propostas de reformas, quanto a de direitos a serem conquistados, como é o caso da reforma agrária.

“Tentar fazer com que o conflito não possa se exprimir seria destruir a democracia”

Marilena Chauí

Em vez de falar em crise e em desordem, que são os temas preferidos da classe dominante brasileira na sua tradição autoritária, é hora de comemorarmos o fato de que, finalmente, este país está conhecendo uma experiência democrática. Democracia não é, como querem os liberais, o regime da lei e da ordem. Democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento.

Tentar fazer com que o conflito não possa se exprimir seria destruir a democracia. A tragédia da história política brasileira tem sido o fato de que toda vez que os conflitos procuram se exprimir legitimamente, imediatamente eles recebem o nome de crise. E a palavra crise para a direita brasileira significa perigo e desordem. É por isso que a democracia nunca vai para frente. Espero que, dessa vez, vá.

Espero que o conflito possa se realizar; que o seu trabalho histórico possa se realizar. Esse trabalho pode influenciar o rumo do governo federal. Não estamos numa monarquia absolutista. Na democracia, graças ao trabalho do conflito, a sociedade diz ao governo o que ela pensa, o que quer e como quer que seja feito.

A forma como o MST tem apresentado as reivindicações é a mesma de antes. Em outras ocasiões, vimos a resposta militarizada por parte do governo ou a resposta pela violência armada, por parte da oligarquia rural. Dessa vez, o novo é o fato

de que a resposta às reivindicações é: “São justas, não são caso de polícia”. Só que há um “timing” para atender a essas reivindicações em virtude de o governo ter recebido uma herança que faz com que tenha que agir com lentidão maior que a desejável.

Já os ruralistas se armarem é caso de polícia. Sabemos que eles dispõem de recursos extraconstitucionais que eles sempre usaram. Foi sempre apanágio e direito por parte dos ruralistas usar a violência como a forma de ação no campo.

É um fenômeno paulistano de hegemonia do tucanato na esfera da crítica, que se aproveita de um clima jornalístico favorável. A intelectualidade tucana é mais forte e numerosa em São Paulo. Ela, de um modo geral, pauta os debates. A posição dos intelectuais em outros Estados e cidades não corresponde ao que temos visto acontecer em São Paulo, em particular na USP. Há diferenças regionais. Os intelectuais de outros Estados parecem lidar de forma diferente com o governo Lula.

Não acho que a intelectualidade petista está discutindo a mesma coisa que os tucanos. Mas a pauta é tucana. Quando os primeiros petistas, como o sociólogo Chico de Oliveira e o filósofo Paulo Arantes, iniciaram as críticas ao governo, as críticas foram pela esquerda. Mas foram encampadas pelo tucanato, que passou a fazer uma crítica pela direita e passou a pautar os temas que valeriam a pena serem discutidos.

Marilena Chauí

professora de filosofia da USP





## Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira

**Psicologia marca presença nos conselhos municipais****Programas sociais e de cidadania são prioridade.**

A psicologia começa a ganhar espaço nos Conselhos Municipais de Direito e Cidadania. A iniciativa é do Grupo de Trabalho "Projeto Controle Social", da subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira.

A Comissão Gestora da subsede vem criando, desde julho do ano passado, estratégias para participar das decisões dos Conselhos Municipais, instituições responsáveis por projetos sociais em saúde, educação, habitação e direitos, que até então não contavam com psicólogos em seus quadros.

Em março, a subsede realizou o 1º Encontro Metropolitano de Mulheres, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMMULHER) e com apoio da prefeitura de Santos, para mostrar que a categoria poderia colaborar com propostas e reflexões para a execução de programas sociais e de cidadania. Este passo foi considerado importante pelos psicólogos da subsede porque fortaleceu o vínculo da entidade com a sociedade. Reflexo disso é a inser-

ção de representantes nos Conselhos de Saúde de Santos, dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos do Idoso e o Antidrogas.

A consolidação deste espaço veio com o I Seminário Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil organizado pela subsede Baixada. O evento serviu para elaborar um Plano Municipal visando ao combate às agressões contra menores e contou com a parceria do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), da Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e da prefeitura de Santos.

Em fase de formulação e análise pelo CDCA, o Plano Municipal será um instrumento legal de defesa e garantia de direitos através de ações preventivas e de responsabilização. O formato do documento - baseado nos planos nacional, estadual e regional de 2000 -, será o mesmo do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que prevê a socieda-

de civil, governo e ONGs atuando juntos.

Avanços como esse estão sendo festejados pelos membros do Grupo de Trabalho "Projeto Controle Social". A subcoordenadora da subsede, Marina Rodrigues Almeida, comenta que há, porém, dificuldades de articulação nesse tipo de instituição, como garantir um discurso homogêneo dos psicólogos diante da postura política, ideológica e temática de cada Conselho Municipal. "Os membros da subsede devem atuar como representantes e por isso é essencial um discurso que atenda ao perfil de construção de políticas públicas, elaborado pelo Conselho de Psicologia".

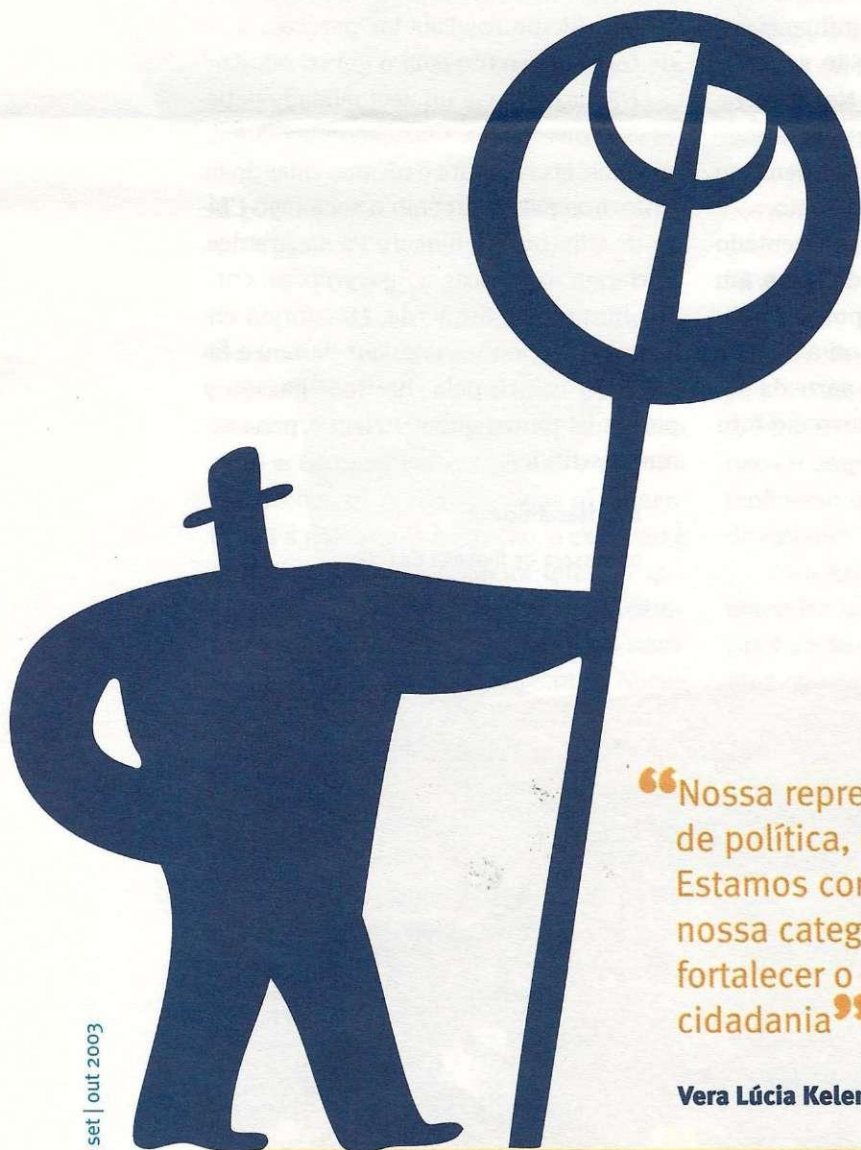
A psicóloga e assistente social judiciária, com especialização no Laboratório da Criança do Instituto de Psicologia da USP, Vera Lúcia Kelemen, é a representante da subsede Baixada Santista na Comissão de Violência Sexual Infanto-Juvenil. Para ela, o grande obstáculo do trabalho é superar as posições que trazem conflitos naturais ao processo democrático.

**Poder local** - Para os representantes da subsede Baixada Santista, a atmosfera política dos Conselhos Municipais gerada por vereadores, por exemplo, chega a ser um entrave na ação de projetos comprometidos com o social. Muitos utilizam o espaço como palanques políticos comprometendo a postura ética e as intervenções junto à sociedade.

Na análise de Vera Lúcia Kelemen, também especialista em violência doméstica contra crianças e adolescentes, a atitude silenciosa da sociedade, que não denuncia maus tratos a criança, por exemplo, também prejudica as iniciativas e as atividades dos Conselhos Municipais. Para lidar com fatos dessa natureza, o Grupo de Trabalho de Controle Social da subsede Baixada Santista discute os temas e as dificuldades enfrentadas nos Conselhos Municipais do qual cada psicólogo faz parte. Uma vez por mês, é convidado um profissional que já tenha passado pelo sistema ou que seja agente do serviço público para falar de suas experiências no conflito de posições.

Nesse momento, a equipe estuda a questão da Justiça Terapêutica. A maioria dos integrantes do Conselho Municipal Antidrogas tem uma postura favorável à terapia obrigatória, enquanto o CRP-SP é contrário ao considerar que, tratar a saúde como um dever e não como um direito, fere o Código de Ética do Psicólogo no Princípio Fundamental VII, balizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

"Quando encontramos esse tipo de desencontro de opiniões, fazemos um movimento diferente. Mobilizamos a sociedade e convidamos os demais para o debate", afirma Marina Almeida. Vera completa: "Mas não podemos aceitar situações com que não concordamos. Nossa representação, apesar de política, é apartidária. Estamos comprometidos com nossa categoria e em fortalecer o exercício da cidadania". ●



“Nossa representação, apesar de política, é apartidária. Estamos comprometidos com nossa categoria e em fortalecer o exercício da cidadania”

Vera Lúcia Kelemen

**Entenda o Conselhos Municipais**

Definidos no artigo 129 da Constituição Federal, os Conselhos Municipais de Direito e Cidadania são instalados pelo Ministério Público, que atua como órgão regulador. Seus membros e comissões não recebem denúncias, mas atendem demandas para produzir ações que beneficiem a população.

A princípio, são abertos à participação de toda a comunidade e se dividem em temas específicos. Quem quiser participar pode visitar uma reunião ou candidatar-se a uma vaga.



# Violência doméstica contra criança e adolescentes: um fenômeno sócio-histórico

## Reflexão

A subsede do Vale do Paraíba tem destacado discussões em torno da violência doméstica, um fenômeno que continua preocupando autoridades, psicólogos e entidades voltadas para proteção da criança e do adolescente e da mulher. Aproveitando o mês de outubro, em que se comemora o Dia da Criança, a subsede do Vale do Paraíba dá publicidade ao artigo escrito pelo presidente do Centro de Referência à Infância e Adolescência de Guaratinguetá, Antonio Augusto Pinto Junior, que alerta para um mal que se verifica não só nos grandes centros, mas também nas pequenas cidades.

Vivemos, hoje, uma contemporaneidade caracterizada pela VIOLÊNCIA, talvez o maior mal que assola nossa sociedade neste final de milênio. Todos os meios de comunicação estão freqüentemente veiculando notícias nas quais o foco central é a violência. Violência urbana, violência na escola, violência no trânsito, violência política, violência contra a mulher, violência contra o idoso ... violência contra a criança e o adolescente.

Atualmente, a Infância brasileira vive imersa num latifúndio de violências e ser criança ou adolescente no Brasil continua sendo um risco muito grande. Todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, como abandono, pobreza, infância prostituída e outras são crimes contra a HUMANIDADE e que precisam e devem ser combatidas com grande esforço e comprometimento dos órgãos públicos e da sociedade como um todo. Contudo, abordaremos aqui um tipo de violência contra a criança e o adolescente, que é a mais camuflada e muitas vezes imperceptível, pois ocorre onde menos se esperaria, ou seja, entre as quatro paredes do que chamam lar: a Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente.

Segundo Azevedo & Guerra (1998), a Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente é:

“Todo ato ou emissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (pág. 177).

Dentre as modalidades da Violência Doméstica, a literatura indica a existência de cinco tipos, a saber:

❖ Violência Física: “Toda ação que causa dor física numa criança; desde um simples tapa até o espancamento fatal representam um só continuum de violência”.

❖ Violência Sexual: “Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos que tenham para com ela uma relação de consangüinidade, afinidade e/ou mera responsabilidade, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou a de outra pessoa”.

❖ Violência Psicológica: “Também designa-

da como tortura psicológica, ocorre quando pais ou responsáveis constantemente depreciavam a criança, bloqueiam seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental”.

❖ Negligência: “Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de prover as necessidades físicas, de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades, de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida, além do seu controle”.

❖ Violência Fatal: “Atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação a crianças e/ou adolescentes que - sendo capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico - podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte”. (Azevedo & Guerra, 1998, pág. 177).

O fenômeno revela-se com um verdadeiro problema de saúde pública, devido a seu caráter não apenas epidêmico, mas endêmico. Na realidade, a violência doméstica, em suas diferentes modalidades, possui a característica de ser universal, sendo praticada em quase todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais. Como afirmam Azevedo & Guerra (1998), a violência doméstica é “um fenômeno virulamente democrático”. Além disso, o abuso-vitimização doméstico contra a criança e o adolescente decorre da interação de vários fatores psicológicos, sócio-econômicos e culturais envolvendo pai, mãe e filhos, que devem ser levados em conta para uma compreensão fidedigna do fenômeno.

Este problema social de tão amplo alcance está também diretamente associado à ideologia da Infância e do ser criança, que tem sua construção fundamentada na própria história de nossa sociedade.

Em quase todas as partes do mundo, as crianças sempre têm sido vistas e tratadas como menores subalternos, como seres inferiores, caracterizados pela fraqueza.

Ao reportarmos à história da infância (Ariès, 1984; Azevedo & Guerra, 1998) percebemos que a imagem da criança como um ser inferior, de certa forma menor, sempre esteve presente na mentalidade da humanidade. Nos povos da Antigüidade até a Idade Média, as crianças eram privadas do direito à vida, sendo consideradas como um objeto de muito pouco valor. As crianças eram propriedades dos pais e estes podiam decidir livremente sobre seus destinos. Os filhos podiam ser vendidos, mutilados e inclusive sacrificados por diversos motivos. Até o fim do século XVII, foi praticado o infanticídio tolerado, camuflado sob a forma de acidentes. Segundo Ariès (1984), as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam e nada era feito para conservá-las ou para salvá-las; não havia legislações que as protegiam e as crianças eram vistas como pequenos adultos.

Na Idade Moderna, por volta do século XVII, começa-se a desenvolver uma nova idéia acerca da Infância e de Família, com a privatização do espaço doméstico e o reconhecimento da Infância como um período especí-

fico da vida humana.

Com a privatização do espaço doméstico e a delegação dos cuidados e educação dos filhos aos pais, permitiu-se a estes últimos o total poder sobre a criança. Os pais passam a ter a função de sociabilizá-la e transformá-la em um adulto à sua semelhança, reproduzindo os padrões de conduta adulta às novas gerações.

Estabelece-se, então, uma forma de relação caracterizada pela hierarquia e pela dominação, da centralização do poder nas mãos do adulto, o adultocentrismo, que reproduz a estrutura de nossa sociedade capitalista-patriarcal. A sociedade moderna, e parece que no passado não foi diferente, está calçada num modelo adultocêntrico, onde as relações se estabelecem na base de poder, onde as diferenças se transformam em desigualdades.

Nesta sociedade, o poder está centralizado na categoria macho, branco, adulto e rico e quem não se enquadra neste padrão pré-estabelecido é subjugado, sem direito a voz e a vez. Assim, “as crianças são consideradas socialmente inferiores a adultos, as mulheres socialmente inferiores a homens, os negros socialmente inferiores a brancos, os pobres socialmente inferiores a ricos” (Saffioti, 1989).

Como a criança, nesta forma de estruturação da sociedade, se encontra numa posição de total inferioridade, está exposta à vontade e desmandos de seus superiores, os pais. Neste sentido, a estrutura da sociedade em que vivemos facilita e até regulamenta o abuso do poder e da violência nas suas inter-relações, especialmente no que se refere às crianças e adolescentes.

Mesmo com as mais modernas leis de proteção à infância, como o ECA (que neste ano faz 10 anos), as nossas crianças continuam sendo vítimas de negligência, abandono e abusos de toda espécie (até mesmo no ambiente familiar), e isso parece ser devido, principalmente, a representação da criança como um ser menor e inferior e a idéia da supremacia e superioridade do adulto.

Acredito que, enquanto vivermos numa sociedade na qual os diferentes tornam-se desiguais, numa sociedade que privilegia o adultocentrismo, o capitalismo selvagem e o patriarcalismo absoluto, todos os tipos de vitimização infantil continuarão a acontecer e se alastrar cada vez mais.

Ao invés disso, precisamos lutar por uma sociedade mais democrática, onde os diferentes sejam apenas diferentes e onde a criança adquira um espaço e um lugar de singularidade, sem ser submetida a violações e atos de transgressão e opressão por parte dos adultos. Ações politicamente corretas, que tenham em seus pressupostos uma postura emancipatória e contra ideológica pode ser o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e digna para os nossos jovens.

### Antonio Augusto Pinto Junior

Psicólogo clínico, Coordenador do Centro de Referência à Infância e Adolescência (CRIA) de Guaratinguetá/SP, mestrando no Programa de Pós-Graduação na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - USP.



# Banco Social: lançamento r

## ONU e governo federal se mostram interessados

O Dia do Psicólogo, comemorado em 27 de agosto, será uma data lembrada também pelo lançamento de um ambicioso programa social e de criação de políticas públicas: o Banco Social de Serviços em Psicologia. A repercussão de sua proposta sensibilizou a ONU e autoridades do governo federal antes mesmo de seu lançamento oficial. Contatos com o Ministério da Saúde, Trabalho e Justiça e com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal já apresentaram os primeiros resultados concretos. No início de outubro, foram fechados cinco convênios de amplo alcance social: a desospitalização de pacientes psiquiátricos (De Volta pra Casa - veja matéria na pg. 15), a avaliação psicológica de penitenciários em condições de progressão de pena, a capacitação de psicólogos para atuarem nos Conselhos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, atendimento psicológico para pessoas em busca de emprego e a implantação de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflitos com a lei (veja box ao lado).

Coordenador geral da execução do Banco Social, Marcos Ferreira comemora o impacto destas parcerias na sociedade e para a categoria. Ele explica que estes projetos estão na mesma direção para onde a psicologia no Brasil está caminhando: a transformação social e a democratização do serviços em psicologia. Ele explica que estes projetos deverão catalisar os números, que já chegam a três mil, de profissionais cadastrados no Banco Social.

O vigor do Banco Social também fez com que o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo fosse procurado pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para o Brasil (ILANUD). O interesse neste caso é para firmar uma parceria na execução do projeto Centro de Defesa Técnica Jurídica com a elaboração de relatórios e laudos psicológicos de adolescentes em conflito com a lei.

Na prática, em cada um dos 15 Conselhos Regionais de Psicologia e no Conselho Federal começa a funcionar programa de serviços em psicologia do Brasil, seja da esfera federal, como da estadual ou municipal. "Os psicólogos adquiriram, nos últimos 25 anos, conhecimentos em várias áreas que podem agora ser aplicados de maneira efetiva pelas políticas públicas de governos compromissados com a transformação social. Os psicólogos querem que a experiência do Banco Social dê novo rumo histórico à profissão, garantindo um compromisso social com ampla maioria da população", afirma a presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Bock.

### Os primeiros projetos sociais vêm do Governo Federal

Foram aprovados os cinco primeiros projetos sociais que integrarão o Banco Social. O próximo passo será a operacionalização, ou seja, definir onde os profissionais atuarão, de que maneira e quem dos três mil cadastros serão os escolhidos.

- Marcos Ferreira, coordenador geral da execução do Banco Social, explica a natureza destes projetos. O primeiro, na esfera do Ministério da Saúde, é o "De volta para casa", um programa em acordo com a Luta Antimanicomial, apoiada pelo Sistema Conselhos, de desinstitucionalização de pessoas que moram nos hospitais, longe das famílias. "Nosso papel será o de dar atendimento, no consultório do próprio psicólogo ou na casa de quem está sendo desospitalizado", exemplifica.
- O projeto de avaliação de penitenciários que têm condição de progressão de pena contribuirá para o esvaziamento das celas de todo o país, resultando em economia para o Estado, que tem grandes gastos com os detentos, e para a humanização do sistema penitenciário. "Se houvesse uma avaliação por parte dos psicólogos da população carcerária, um grande contingente de pessoas poderia estar progredindo para um regime de semi-aberto ou não estar mais na cadeia em várias regiões do país", revela. Nesse caso, será proposto à OAB e ao Conselho Federal de Assistência Social a aprovação de equipes para num mutirão em 2004 para avaliar esses presos.
- O terceiro projeto visa capacitar psicólogos para atuarem nos Conselhos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Existem Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas ainda não existe os de Direitos Humanos. "A intenção é capacitá-los para atuarem naqueles Conselhos, onde há poucos psicólogos participando. Por que a Secretaria Especial de Direitos Humanos? Porque temos a compreensão de que políticas públicas têm como espinha dorsal a questão dos Direitos Humanos", diz.
- Também na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi incluída a implantação de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflitos com a lei, que trata de pessoas que sofreram violência e são privados de liberdade. "Estamos fazendo um projeto só para atender adolescentes em conflitos com lei, porém sem restrição de liberdade, de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Vamos ajudar a fazer a implantação desse tipo de medida", afirma.
- O atendimento psicológico para pessoas em busca de emprego é outro projeto que receberá a contribuição dos psicólogos do Banco Social. Marcos Ferreira acredita que este projeto, da esfera do Ministério do Trabalho e Emprego, motivará muita gente. "A assistência profissional prevê a realização de dois ou três encontros para que essas pessoas possam expressar seus sentimentos e elaborá-las em relação à vivência do desemprego", antecipa.

Para o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, o lançamento do Banco mostra que há sinais de novos ventos na psicologia. "Queremos, com o Banco Social, ter a possibilidade de uma verdadeira inserção do psicólogo no cam-

po das políticas públicas. Isso significa que a gente precisa mostrar ao Estado qual a capacidade e a competência da psicologia. Isso certamente vai refletir em construção de alternativas para os nossos psicólogos", acredita.

PARA TODOS

## Psicólogos se oferecem como voluntários

Conselho federal da categoria cria banco de serviços para colaborar em projetos governamentais

LUCIANA SOBRAL

Os programas sociais desenvolvidos pelo poder público municipal, estadual e federal podem contar, a partir de hoje, com o trabalho voluntário dos psicólogos. O Conselho Federal de Psicologia acaba de lançar o Banco Social de Serviços em Psi-

cologia, uma iniciativa que pretende oferecer profissionais voluntários aos governos.

"Estamos preocupados em romper com uma tradição na área da psicologia, que é a de ela não ser acessível à maioria da população", afirmou a presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Bock. De acordo com a especia-

lista, o conselho também pretende mostrar aos governos a importância e a necessidade do psicólogo no serviços públicos de saúde. "A idéia é abrir o mercado de trabalho para estes profissionais", completou.

O trabalho voluntário dos psicólogos terá duração de, no máximo, dois anos. O Instituto Florestan Fernandes gerencia-

rá o sistema. "Esta entidade ficará responsável pela identificação dos programas sociais e pelo cruzamento das informações dos psicólogos disponíveis", explicou Ana.

Fome Zero

Quase 1.500 profissionais se mostraram interessados em participar do banco.

"Está quase certo que participaremos, por exemplo, do Fome Zero e do De Volta para Casa (programa de desinternação de pacientes dos manicômios)", contou a psicóloga.

Ao se cadastrar os psicólogos informam o número de horas que podem trabalhar voluntariamente.



# epercute em todo país

## os em firmar parcerias

“Queremos, com o Banco Social, ter a possibilidade de uma verdadeira inserção do psicólogo no campo das políticas públicas. Isso significa que a gente precisa mostrar ao Estado qual a capacidade e a competência da psicologia. Isso certamente vai refletir em construção de alternativas para os nossos psicólogos”

Odair Furtado

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, segundo Ana Bock, é que, apesar do crescimento da profissão, que rompeu as fronteiras dos consultórios, a psicologia precisa sair definitivamente de

sua condição elitizada, que restringe seus conhecimentos e serviços às pessoas que podem pagar por eles em consultórios particulares. A psicologia precisa contribuir com a diminuição das desigualdades sociais. “Entendemos que o ideal de uma Psicologia é aquela voltada para a maioria da população brasileira e acessível a quem dela precise”, ressalta.

O gerenciamento do Banco será desenvolvido por profissionais especializados na elaboração de estudos e pesquisas de políticas públicas. A coordenação será dos Conselhos de Psicologia. Estão previstos canais de comunicação que permitirão a rápida circulação das informações. Ana Bock observa que alguns eixos marcam a busca de projetos: reforma psiquiátrica, desemprego e economia solidária e crianças e adolescentes, como prioridade.

O Banco de Serviços em Psicologia pretende reunir 10 mil psicólogos que poderão se tornar protagonistas nesse grande projeto. “A psicologia vai mudar. Os psicólogos terão uma nova experiência de inserção na sociedade, que terá a possibilidade de conhecer melhor nossa profissão”, afirma Marcos Ferreira.

A presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e secretária geral do Fórum de Entidades Nacionais da psicologia Brasileira, Inara Leão, acre-

ditada que a criação do Banco Social pode ser uma forma de ampliar o acesso da população aos serviços de psicologia. “O Banco é um projeto. Não é a situação definitiva para nós, que pretendemos que seja possível o acesso da população à psicologia. Mas acredito que ele vai contribuir para viabilizar esta possibilidade e, fundamentalmente, caracterizar esta necessidade, em várias instâncias, sejam públicas ou privadas”, afirma.

O Banco é uma ação corajosa do Sistema Conselhos, contribuindo para a mudança e o avanço de políticas públicas. Esta motivação é a tônica dos profissionais que se cadastraram no Banco. Cintia Cardoso Vigiani da cidade de São Paulo, explica que agora a psicologia tem a oportunidade de se fazer chegar a um número maior de pessoas que não têm como pagar por seus conhecimentos. “O Banco veio em boa hora, está sendo bem divulgada e bem recebida pelas pessoas. É uma iniciativa legal dos Conselhos, porque reúne os psicólogos que querem trabalhar pelo social”, argumenta. Ana Paula Rodrigues dos Santos, de Aracaju, destaca a importância de se descentralizar o conceito da psicologia voltada só para um indivíduo. “A psicologia precisa estar inserida em vários campos, mudando a visão do psicólogo só no divã”, diz. Venâncio Márcio Izack, de Chapéu (SC), pretende com o Banco trabalhar na área da saúde ou assistência social e que “mais pessoas que não têm acesso ao serviço de psicologia se beneficiem dele”. Jamille Fernandes Severo, de Fortaleza, elogia a iniciativa do CFP e dos CRPs. “Fiquei orgulhosa. Isso mostra que a psicologia está mais atuante e presente nas necessidades reais das pessoas”, afirma.

**Dia do Psicólogo** - O lançamento do Banco Social, na sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, também serviu para mostrar, no Dia do Psicólogo, que a categoria tem muito o que comemo-

**VOLUNTARIADO**  
**1.500 psicólogos já se inscreveram em projeto**  
Até ontem, 1.500 profissionais já estavam inscritos como voluntários no Banco Social de Serviços em Psicologia para atuar em serviços públicos. No site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br), psicólogos podem se cadastrar e obter dados sobre áreas de atuação. Segundo Ana Bahia Bock, do Conselho Regional de Psicologia paulista, haverá parcerias com o programa Fome Zero e o Ministério do Trabalho.

Folha de s. Paulo - 27/Ago/03

### CABEÇA BOA

O Conselho Federal de Psicologia lançou um cadastro nacional de profissionais interessados em ceder horas de trabalho a projetos sociais. Os voluntários devem se inscrever pelo site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br). Mais de 1.200 psicólogos já se apresentaram e vão trabalhar em programas como o De Volta para Casa, que propõe a desospitalização dos internos de manicômios.

Revista Época - 01/Set/03

rar. “A Psicologia, profissão regulamentada há 41 anos no Brasil, está tão disseminada nos vários segmentos da sociedade que não se pode falar hoje em qualidade de vida sem mencioná-la. Os mais de 125 mil profissionais, além do tratamento clássico na psicologia clínica, estão sendo aproveitados por empresas, para potencializar a produtividade e melhorar as condições de trabalho, por instituições de ensino para identificar métodos educacionais mais eficientes e otimizar o rendimento escolar dos alunos, por hospitais para dar orientação psicológica aos pacientes, no esporte como instrumento auxiliar para o rendimento do atleta, etc”, lembra Ana Bock.

Para a presidente da ABEP, Inara Leão, os psicólogos têm que festejar, entre outros aspectos, a solidificação da profissão. “Comemoremos a melhoria da qualidade do trabalho, os espaços abertos para a psicologia, principalmente junto aos projetos de políticas públicas; a boa vontade, a expectativa e a alegria com que os alunos têm procurado os cursos de psicologia; e, acima de tudo, temos que comemorar o fato de que a psicologia vem se organizando enquanto profissão e enquanto área social preocupada com as coisas que vem acontecendo no país”, avalia. ●

### FIQUE ATENTO:

Possíveis projetos para o Banco Social:

- Intervenções em programas
  - de liberdade assistida;
  - de desospitalização de pacientes psiquiátricos;
  - da campanha contra a baixaria na mídia;
  - de apoio psicológico a desempregados em busca de recolocação no mercado de trabalho;
  - de assistência psicológica a penitenciários em condição de progressão de pena.

### CADASTRE-SE NO BANCO

→ Acesse [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) e deposite aqui seu compromisso social.



# Especialização: pesquisa avalia primeiros impactos

**Psicólogos ainda desconhecem a importância do registro**

O IV Congresso Nacional da Psicologia, em julho de 2001, decidiu pelo acompanhamento do impacto do registro de especialista. O estudo encomendado pelo CRP-SP ao Instituto Senso - Coleta, que procurou dimensionar e avaliar as repercussões do título de especialista entre os psicólogos, no mercado de trabalho e nos cursos de formação profissional, revelou que os psicólogos acreditam que o título de especialista valoriza o profissional perante a sociedade e demarca a profissão.

Os psicólogos têm ciência da existência do registro de especialista, sabem que ele é opcional, conhecem as formas de obtenção e que o profissional tem direito a apenas dois títulos. Reconhecem que os Conselhos fizeram divulgação sobre o assunto, mas afirmam que têm pouca clareza sobre o impacto social da medida. Além disso, sentem-se desinformados quanto a alguns aspectos, como o tempo de experiência necessário para obtenção, a possibilidade de cancelá-lo e as especialidades existentes.

O animador foi que, pelo levantamento, o psicólogo demonstrou que compreende que o registro da especialidade veio para assumir a função de aprimorar a qualidade profissional, que ele é importante para o direcionamento da carreira, para a valorização da profissão e que favorece a produção científica. O registro, na opinião dos entrevistados, é, na verdade, o reconhecimento de uma realidade que já vinha ocorrendo.

Os entrevistados identificaram, porém, alguns pontos negativos: problemas no enquadramento da especialidade; a possível fragmentação do conhecimento; a proliferação de cursos preparatórios; a restrição do campo profissional.

Outro aspecto que reforçou a suspeita de que o título ainda não é totalmente conhecido: a solicitação do título foi muitas vezes feita sem convicção, devido a uma série de razões: o preenchimento das exigências, o reconhecimento de seu direito, a possibilidade de valorização no futuro e o medo de se arrepender mais tarde.

Os psicólogos fazem sugestões para aperfeiçoar o processo: maior padroniza-

Está aberto até 15/03/04 prazo para solicitação de título e respectivo registro em psicologia social na modalidade de experiência profissional. Consulte site [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br)



ção dos critérios de avaliação, maior conhecimento das especialidades pelo avaliador.

Rogério Izidro Duran, presidente da Comissão de Registro de Especialistas do CRP-SP, diz que este levantamento foi válido e positivo e será encaminhado ao Fórum Paulista de Acompanhamento do Registro de Especialista, mantido pelo CRP-SP, responsável por avaliar o impacto da especialização e apresentar, ao lado de outros Conselhos Regionais, seus resultados no V Congresso Nacional, em 2004.

A falta de uma clara compreensão do título não surpreendeu Duran. Para ele, o registro da especialização é recente e "não houve tempo para contabilizar seus efeitos no mercado de trabalho". Esta é a mesma razão, segundo ele, para que a maioria das clínicas e convênios ainda não exija o registro de especialista aos psicólogos que contratam, de acordo com levantamento informal feito pelo CRP-SP no interior e na capital, no primeiro semestre do ano.

Duran observa que o estudo deu o seu recado. "É preciso que os Conselhos continuem a prestar esclarecimentos aos psicólogos e clínicas, além de continuarmos o trabalho de pesquisa e acompanhamento do Fórum. Até meados do ano que vem teremos mais dados", acredita.

Este estudo encomendado pelo CRP-SP

teve uma amostra de psicólogos em cinco grupos, quatro na capital e um no interior, mesclando pessoas que tinham ou não o título; profissionais com ou sem vínculo trabalhista e pessoas com menos de 2 anos ou mais de 5 anos de formadas.

**ESPECIALIDADES** - Em 2001, nove especializações em psicologia foram criadas. A Psicologia Clínica foi a mais procurada, segundo Rogério Izidro Duran. A mais recente, aprovada este ano pelo CFP, é a Psicologia Social. A próxima pode ser a de Neuropsicologia, atualmente em fase de discussão e consultas a órgãos profissionais e científicos.

Existem 3 modalidades de registro. Quando é aprovada uma nova especialidade, os psicólogos com experiência de mais de 5 anos na área têm prazo de até 270 dias para solicitar o registro. No caso da Psicologia Social, o pedido de registro pode ser feito até 15 de março de 2004. A segunda forma é por meio do concurso de provas e títulos, já realizado para três modalidades. A terceira é por meio de cursos de especialização credenciados pelo CFP.

O presidente da Comissão de Registro de Especialistas alerta que o psicólogo pode ter até dois títulos de especialista e, se quiser a especialização em uma terceira área, pode cancelar um título inicial e requerer outro na nova modalidade, desde que cumpra os critérios estabelecidos. ●

“É preciso que os Conselhos continuem a prestar esclarecimentos aos psicólogos e clínicas, além de continuarmos o trabalho de pesquisa e acompanhamento do Fórum. Até meados do ano que vem teremos mais dados”.

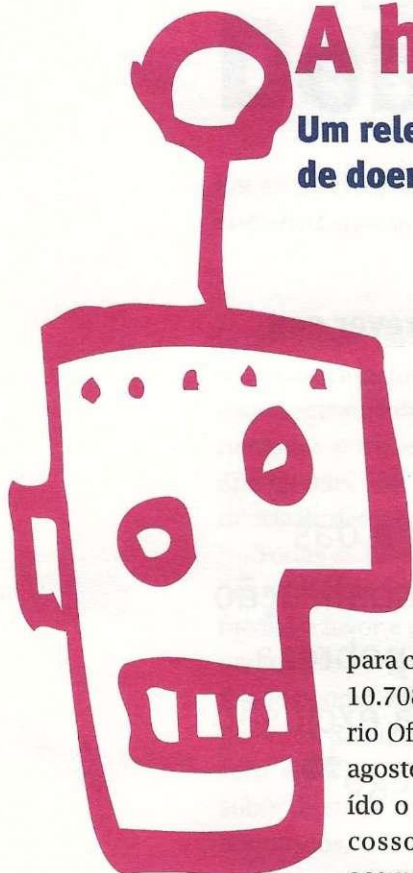
**Rogério Duran**

Até 21 de agosto, o Conselho Regional concedeu 5.747 títulos para as nove especialidades reconhecidas: Psicologia Clínica - 3.382 títulos; Psicologia Organizacional - 576; Psicologia Educacional - 521; Psicologia Hospitalar - 471; Psicologia Jurídica - 370; Psicologia de Trânsito - 269; Psicopedagogia - 94; Psicomotricidade - 55; Psicologia do Esporte - 9. Foram indeferidos 1206 pedidos e atualmente estão em análise cerca de 10.



## A hora e a vez de voltar para casa

Um relevante passo foi dado pelo governo federal para mudar o quadro dos portadores de doenças mentais no Brasil.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no final de julho de 2003, o projeto de lei 1152/03, que prevê a concessão de R\$ 240,00 mensais para pacientes internados em hospitais psiquiátricos que voltarem para casa. De acordo com a Lei 10.708/03, publicada no Diário Oficial da União em 01 de agosto deste ano, fica instituído o auxílio-reabilitação psicossocial para assistência, acompanhamento e integração social, fora de unidade hospitalar, de pacientes acometidos de transtornos mentais, internados em hospitais ou unidades psiquiátricas. Este auxílio é parte integrante do Programa de ressocialização destes pacientes denominado "De Volta Para Casa".

O projeto faz parte da nova política de saúde mental do governo federal e tem como principal objetivo possibilitar que estes pacientes saiam dos manicômios para ficar em casa, com o apoio da família. "O presidente da República, ao lançar publicamente a política de saúde mental, tendo como estratégia este Programa, parece ter motivado vários gestores a assumir como prioridade a reorientação do modelo em saúde mental. Esse fato ganhou a opinião pública, através da mídia. É importante que o tema da saúde mental esteja sempre presente nos meios de comunicação, pois provoca discussões acerca da transformação de paradigma de atenção em saúde mental que vem ocorrendo no País", declara a conselheira do CFP e militante do Movimento Antimanicomial, Deusdet do Carmo Martins.

Sob coordenação do Ministério da Saúde, o Programa pretende atender cerca de duas mil pessoas neste ano ao custo de R\$ 2 milhões. Após este primeiro grupo, a cada ano serão incluídos três mil novos beneficiários. A meta do Governo é beneficiar 14 mil pacientes até 2007. O controle social e a fiscalização da execução do Programa serão realizados pelas instâncias do SUS. Dos atuais 55 mil leitos nos 244 hospitais psiquiátricos do Brasil, estima-se que um terço dessas vagas seja ocupado por pacientes sem necessidade de tratamento em regime de internação. Muitas vezes o paciente é abandonado em manicômios por conta das dificuldades econômicas das famílias.

A Lei estabelece que poderão receber o incentivo os pacientes que tenham sido submetidos à internação psiquiátrica, comprovadamente, por pelo menos dois anos e que apresente quadro clínico favo-

“Este programa representa uma atitude cultural e social de inclusão daquelas pessoas que precisam de assistência e que parece indenizar as vítimas de um modelo inadequado e segregador como os manicômios”

Milton Freire

rável à alta hospitalar. Mesmo recebendo o benefício, o paciente terá garantida a atenção continuada em saúde mental, na rede de saúde local ou regional. No entanto, o pagamento do auxílio-reabilitação poderá ser suspenso quando o beneficiário for reinternado em hospital psiquiátrico ou quando ele alcançar os objetivos de reintegração social e autonomia.

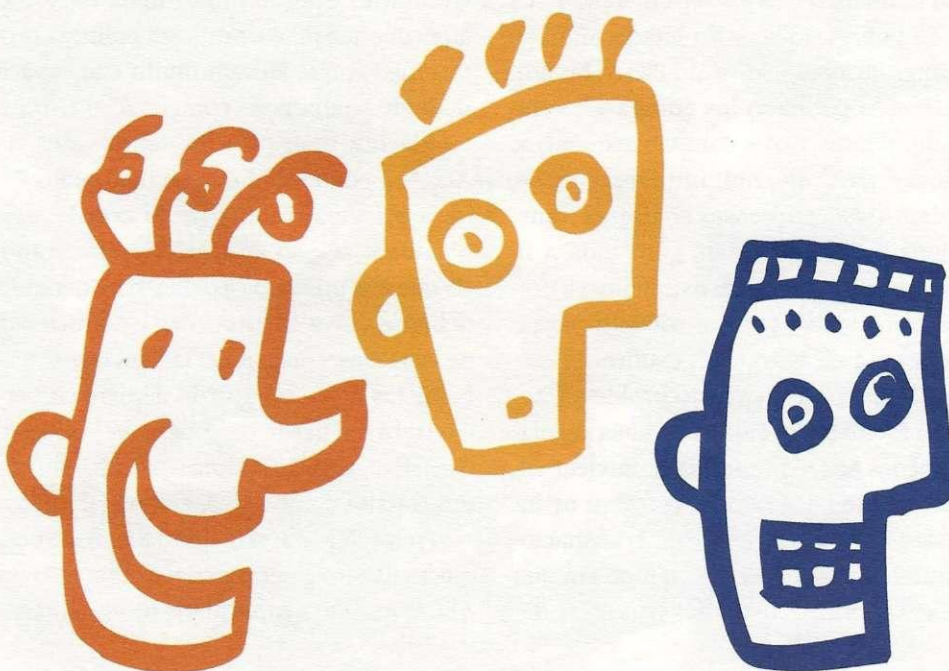
O valor de R\$ 240,00 mensais poderá ser reajustado pelo Poder Executivo de acordo com a disponibilidade orçamentária. Os valores serão pagos diretamente aos beneficiários ou a um representante legal do paciente. O benefício será pago durante um ano podendo ser renovado caso o paciente ainda não esteja pronto a se reintegrar à sociedade.

Além do auxílio em dinheiro, o beneficiário será acompanhado por um programa de reintegração assistida com atividades como ações de reabilitação, residência terapêutica, trabalho protegido e lazer monitorado, entre outras, conforme necessidade de cada um. Tudo no sentido de facilitar a reintegração à sociedade e a eficácia do tratamento. "Este projeto significa uma mudança histórica de atenção à saúde mental. Representa uma atitude cultural e social de inclusão daquelas pessoas que precisam de assistência, porque é um programa que parece indenizar as vítimas de um modelo inadequado e segregador como os manicômios, investindo num modelo aberto de assistência com características psicossociais", destaca o militante do Movimento Antimanicomial, Milton Freire, que também faz parte do Grupo Condição Humana de Pacientes e Ex-Pacientes pela Cidadania do Rio de Janeiro.

**Ampliação** - Em outra frente, o governo Lula já anunciou a criação de 178 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), até o final de 2003, destinados ao atendimento a crianças, adolescentes, adultos e portadores de transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de álcool e drogas. Hoje, existem 424 centros distribuídos pelo país. Para a construção das novas unidades, o Ministério da Saúde investirá, até o fim deste ano, R\$ 20,7 milhões financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas de Compensação (FAEC), do Ministério da Saúde.

O esforço do governo brasileiro em promover a reforma psiquiátrica é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que apóia a mudança na prática da assistência psiquiátrica. No Brasil, a legislação assegura a proteção dos direitos dos portadores de transtornos mentais e o redirecionamento do modelo assistencial (lei 10.216/01). Países como Inglaterra, Canadá, Itália e Espanha também adotam postura semelhante.

Deusdet do Carmo Martins acredita que o Programa "De Volta Para Casa" seja uma das estratégias para a mudança estrutural na assistência em saúde mental no Brasil. "Com isso, o governo anuncia sua disposição de fazer avançar o processo de reforma psiquiátrica, superando de vez o modelo manicomial que ainda hoje permanece hegemônico, maltratando e matando pacientes em hospitais psiquiátricos, como ocorreu recentemente em Caicó (RN) e na Bahia. Acredito que o atual governo irá reparar essa enorme dívida social acumulada ao longo da história", defende. •





# Globalização no fogo cruzado das centrais sindicais

**A queda das barreiras comerciais obrigou o movimento sindical do continente a rever seu papel no tabuleiro econômico mundial**

A globalização trouxe mudanças não só nas relações comerciais entre os países, mas impingiu uma adequação dos movimentos sindicais da América Latina frente a esta gigantesca força forjada pelos países ricos. Com a segmentação do processo de produção das grandes corporações entre os vários países do Terceiro Mundo e com a derruba das barreiras alfandegárias, o foco de preocupação das centrais sindicais expandiu-se no tabuleiro da macro-economia com a clara intenção de proteger a soberania econômica dos países do continente contra a fúria insaciável dos blocos formados pelos países europeus e principalmente pelos Estados Unidos.

Para os sindicatos não basta mais lutar por melhores salários e condições de trabalho. É preciso proteger o emprego. E isto significa proteger o mercado doméstico e dos vizinhos brasileiros da "invasão" externa. Exemplo recente foi a intensa participação da CUT e outras centrais na Organização Mundial do Comércio, em Cancun, México.

A globalização tem sido a base para o avanço econômico mundial: ampliou o comércio e a circulação de riquezas, mas aumentou as diferenças entre os países mais ricos e os mais pobres - para a maioria das nações, os últimos 20 anos só aumentaram a pobreza, a migração, a exclusão e o desemprego. "A primeira questão que se coloca então para inverter essa situação é mudar as regras do comércio mundial", afirma o diretor da Executiva Nacional da CUT e responsável pela América Latina e o Mercosul, Rafael Freire Neto. Ele acrescenta que o comércio internacional não é oposto às necessidades dos pobres, mas sim, que suas regras são montadas em favor dos ricos. "Enquanto os países ricos mantêm fechados seus mercados, os países pobres sofrem do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial pressões para abri-los em grande velocidade, muitas vezes com conseqüências danosas para as comunidades pobres. Enquanto isso, poderosas empresas transnacionais (TNCs) ficaram com toda a liberdade de promover investimentos e práticas trabalhistas que contribuem para a pobreza e a insegurança", explica.

A OMC é outra parte do problema, segundo Freire Neto. Muitas de suas regulamentações sobre propriedade intelectual, investimentos e serviços protegem os interesses dos países ricos e de Transnacionais poderosas, ao mesmo tempo em que impõem enormes custos aos países em de-

envolvimento. "Por isso a CUT apoiou o posicionamento do governo brasileiro na reunião da OMC, em Cancun, e entende que a criação do Grupo dos 21 (formado pelo Brasil e outras economias emergentes do Terceiro Mundo) pode ajudar muito no enfrentamento das imposições dos países mais desenvolvidos sobre 80% da população mundial", diz.

O especialista da CUT exemplifica um dos efeitos da globalização: o recuo provável de 1.5% para menos 1.2% das taxas de crescimento do PIB latino-americano em 2002. "Um dos motivos para essa forte retração econômica vem da desaceleração econômica dos Estados Unidos em 2001 que reduziu suas importações de 13.5% para 7% e suas exportações de 9% para 5%, o que provocou um impacto sobre 50% do comércio exterior de América Latina. A taxa média de desemprego urbano do primeiro trimestre deste ano foi de 9.4%, maior que as taxas registradas nos períodos de recessão generalizada, enquanto o índice máximo de desemprego foi de 8.7% em 1984".

**ALCA** - Conforme o especialista Rafael Freire Neto, os sindicatos estão preocupados com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordo que colocaria em risco o emprego de milhares de pessoas, fenômeno que o México teve o desprazer de experimentar. "A CUT tem se colocado contra a ALCA desde seu lançamento, por entender que as desvantagens econômicas e sociais para o Brasil serão bem maiores que as possíveis vantagens comerciais que possamos alcançar e não compensariam as perdas que poderemos ter em alguns setores, pois os Estados Unidos e Canadá têm um desenvolvimento tecnológico e padrões de produção muito superiores aos nossos, têm uma política de tributação e juros muito mais baixos e, além dos subsídios, praticam políticas protecionistas que elevam muito sua capacidade de competição comercial", justifica.

Ele diz que, para os defensores da ALCA, a eliminação dessas distorções seria a principal vantagem do acordo, ampliando o acesso ao mercado americano. "O que nos preocupa é o pouco ou nenhum debate ao nível institucional e político das desastrosas conseqüências sociais e trabalhistas que esse acordo de livre comércio trará e a perda de soberania política e descaracterização cultural que adviriam de um tratado como esse", alerta.

Freire Neto adverte que o Brasil é o país que mais tem a perder com a formação da ALCA, porque a capacidade produtiva ins-

**“Para a maioria das nações, a globalização aumentou a pobreza, a migração, a exclusão e o desemprego”**

**Freire Neto**

talada que ainda dispõe sofreria numa competição desigual e principalmente porque poderia perder vários dos investimentos aqui instalados. "Muitas das multinacionais sediadas na América do Norte poderão ter livre acesso ao nosso mercado consumidor sem precisar manter sua produção aqui e estabelecer cadeias produtivas que concentrem a produção de partes, componentes, montagem e distribuição para toda a América Latina, reduzindo ainda mais os empregos e salários em nosso país", afirma.

Neste sentido, a CUT defende que o Congresso Nacional aprove um mecanismo constitucional que permita estabelecer os parâmetros e condições para o Executivo firmar nos acordos comerciais externos e imediatamente aprove os limites e condicionamentos nas negociações na ALCA e com a União Européia. E mais: que o governo Lula faça uma consulta à população sobre a posição que o país deve adotar frente às negociações da ALCA.

**MERCOSUL** - O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) completou 12 anos e, mesmo com a forte crise que tem vivido nos últimos quatro anos, ainda demonstra grande potencialidade. Apesar da significativa queda das transações comerciais e das sucessivas pressões da administração dos EUA para sua fragmentação, é um projeto estratégico para o Brasil e o Cone Sul e uma prioridade na política internacional da CUT.

Freire Neto acredita que para que o Mercosul seja um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social. "É preciso implementar políticas regionais voltadas para a retomada e crescimento da produção, da geração de empregos e promover medidas que atendam às demandas da maioria da população de nossos países". Ele defende a idéia de que nas negociações do Mercosul prevaleça o



princípio básico da complementação e não-concorrência entre os setores produtivos, para que as indústrias brasileiras e agricultura se complementem na busca de novos mercados. "O Mercosul deve ser a base de construção de cadeias produtivas de valor regionais e para isso é preciso reavaliar e unificar a Tarifa Externa Comum, unificar as políticas fiscal, monetária e creditícia, constituir fundos de financiamento comuns que privilegiem a pequena e média empresa e permitam o desenvolvimento de políticas produtivas regionais e integrar nesse processo as pequenas e micro-empresas, as cooperativas e a agricultura familiar", complementa.

Freire Neto ressalta que hoje a prioridade do Mercosul é a geração de empregos. Sabe-se que a População Economicamente Ativa do Mercosul é de 94,5 milhões de trabalhadores e, desse total, 18 milhões estão desempregados. Mais de 37 milhões trabalham por conta própria ou estão na economia informal ou têm de se submeter a empregos de má qualidade e sem cobertura de direitos trabalhistas básicos. Apenas 28,8 milhões têm contrato formal de trabalho e cobertura social.

Estas preocupações permitiram as centrais sindicais da América Latina, como a CUT, a desenhar propostas voltadas para o fortalecimento econômico da região. Freire Neto diz que a Central Única dos Trabalhadores alinhavou propostas que podem proteger a soberania dos países do Mercosul. "Para inverter essa situação, os governos devem adotar algumas medidas imediatas: criação de um Fundo de

apoio aos desempregados para atendimento de situações derivadas do processo de integração; criação de um Banco de Desenvolvimento do Mercosul (com fundos do BNDES, BID, CAF, etc) e priorizar linhas de financiamento e crédito voltadas a setores e regiões que possam gerar resultados rápidos e empregos e promover a análise e proposição de políticas e medidas para a geração de emprego", indica o membro da CUT.

Ele também diz que uma outra prioridade é a defesa e elevação dos padrões trabalhistas dos países do Mercosul. Um outro ponto de destaque, segundo ele, é a retomada da construção da União Aduaneira. Freire Neto afirma que para avançar na finalização desse processo é preci-

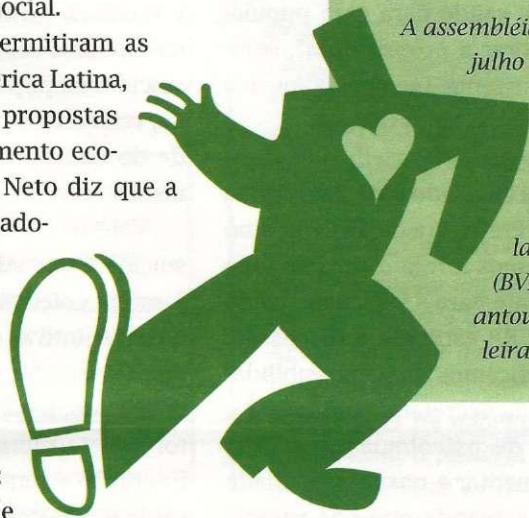
so adotar medidas mais profundas, tais como: fazer revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), tendo como base os estudos setoriais e a participação das entidades empresariais e sindicais no processo. "Utilizar essa nova formulação tarifária como base para a formulação de políticas de integração de cadeias produtivas e para a negociação de acordos comerciais externos, não submetendo os prazos dessa negociação aos prazos estipulados na ALCA e com a UE. Outra medida fundamental para garantir esse processo é a unificação das políticas fiscal e tributária e adotar medidas que facilitem o crédito e acesso a financiamentos, com linhas especiais para as pequenas e médias empresas", finaliza. ●

### Biblioteca Virtual Latino Americana

A primeira Assembléia Geral da União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) definiu a estruturação de uma Biblioteca Virtual Latino Americana (BVLA) e a escolha do Brasil como sede do Encontro Latino Americano de Psicologia, previsto para 21 de novembro, quando a Ulapsi completa um ano de existência.

A assembléia aconteceu na cidade de Lima, Peru, entre os dias 11 e 13 de julho e também firmou um compromisso com os representantes brasileiros, responsáveis pela elaboração de uma base de informações específicas sobre movimentos sociais.

A coordenadora da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia, Dra. Maria Imaculada Cardoso Sampaio, é colaboradora no projeto da Biblioteca Virtual Latino Americana (BVLA). Ela disse que os países estão preparando o projeto; adiantou ainda, que a intenção é seguir os moldes da biblioteca brasileira ([www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)). Mais informações [www.ulapsi.org](http://www.ulapsi.org).



INFORME PUBLICITÁRIO

#### Formação em Psicanálise com Título de Especialista pelo CFP



O Curso Formação em Psicanálise, do Instituto Sedes Sapientiae, foi credenciado pelo Conselho Regional de Psicologia para a concessão de Título de Especialista em Psicologia Clínica\*.

A concessão desse Título é automática, mediante a conclusão e aprovação no curso. Inscrições para seleção partir de novembro de 2003.

Informe-se pelo tel. (011) 3866-2730 ou acesse nosso site: [www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)

\* O Título é dado somente a psicólogos, embora o Curso acolha profissionais de áreas afins

#### Inscrições Abertas

#### CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni

Início: março de 2004 / Duração: 6 semestres

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 5ª feira: das 18h às 21h

Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017

Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu / SP  
[www.centropsicanalise.com.br/cep@centropsicanalise.com.br](http://www.centropsicanalise.com.br/cep@centropsicanalise.com.br)



INSTITUTO DE  
TERAPIA  
COGNITIVA

ESPECIALIZAÇÃO EM  
TERAPIA COGNITIVA

#### NOVA TURMA

**INÍCIO: MARÇO DE 2004**

- ◆ **Duração:** 24 meses.
- ◆ **Carga horária:** 500 horas.
- ◆ **Encontros mensais,** 6a. e Sábado.
- ◆ **Horário:** 8:00 às 17:30h.
- ◆ **Coordenadora:** Ana Maria Serra, PhD
- ◆ **Excelente Corpo Docente:** 9 Doutores
- ◆ **Programa abrangente:** TC e áreas afins
- ◆ **Supervisão Clínica**
- ◆ **Inscrições:** 6/10 a 20/12/2003

INFORMAÇÕES  
E INSCRIÇÕES

Tel: (11) 4166.5660

E-mail: [itc@itc.web.com](mailto:itc@itc.web.com)  
Web Site: [www.itc.web.com](http://www.itc.web.com)

R. Machado Bittencourt, 205 - 04044-000 - São Paulo, SP

visite  
nosso  
site

[www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br)



Universidade Federal  
de São Paulo  
(UNIFESP)

Especialização em Dependência  
de Drogas, 2004

carga horária: 380 horas

Informações:

[valeria@psicobio.epm.br](mailto:valeria@psicobio.epm.br)

tel: (11) 5539-0155, r: 220

[www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/cursos/interv\\_breve.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/cursos/interv_breve.htm)



# Parceria da Prefeitura de São Paulo com o CRP-SP combate suicídio

**Aumento de casos entre a população jovem motivou surgimento do projeto.**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que um milhão de pessoas cometeram suicídio no ano de 2000 em todo o mundo e que ocorre uma morte para cada 10 a 20 tentativas de suicídio. Em todos os países, esta é uma das três maiores causas de morte na população entre 15 e 34 anos. O Brasil vem acompanhando a tendência mundial de aumento deste índice, principalmente entre a população jovem. No município de São Paulo, considera-se que as estatísticas oficiais subestimem a ocorrência de suicídios. Mesmo assim, o suicídio foi a quarta causa de morte na população entre 10 e 24 anos em 2001, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde. No período de 1996 a 2002 foram registrados de 400 a 500 suicídios a cada ano em São Paulo, sendo que 80% deles na população com até 54 anos de idade. Atualmente 66% das mortes por suicídio no Município ocorrem entre pessoas com até 44 anos. Pode-se calcular que todo ano uma média de 10 mil pessoas tentam cometer suicídio no município de São Paulo.

Baseado nesses números preocupantes e em função da iniciativa da OMS para tratar o suicídio como um dos problemas de saúde pública na área de saúde mental, é que o Coordenador da Área Temática de Saúde Mental da Secretaria Municipal de

Saúde de São Paulo, Roberto Tykanori, propôs o Plano de Prevenção ao Comportamento Suicida. "Significaria detectar as tentativas de suicídio e não só puramente o suicídio, e oferecer um seguimento, um apoio, ações de saúde para essa população que tenta tirar a própria vida", complementa o Assistente Técnico da mesma área, Leon de Souza Lobo Garcia.

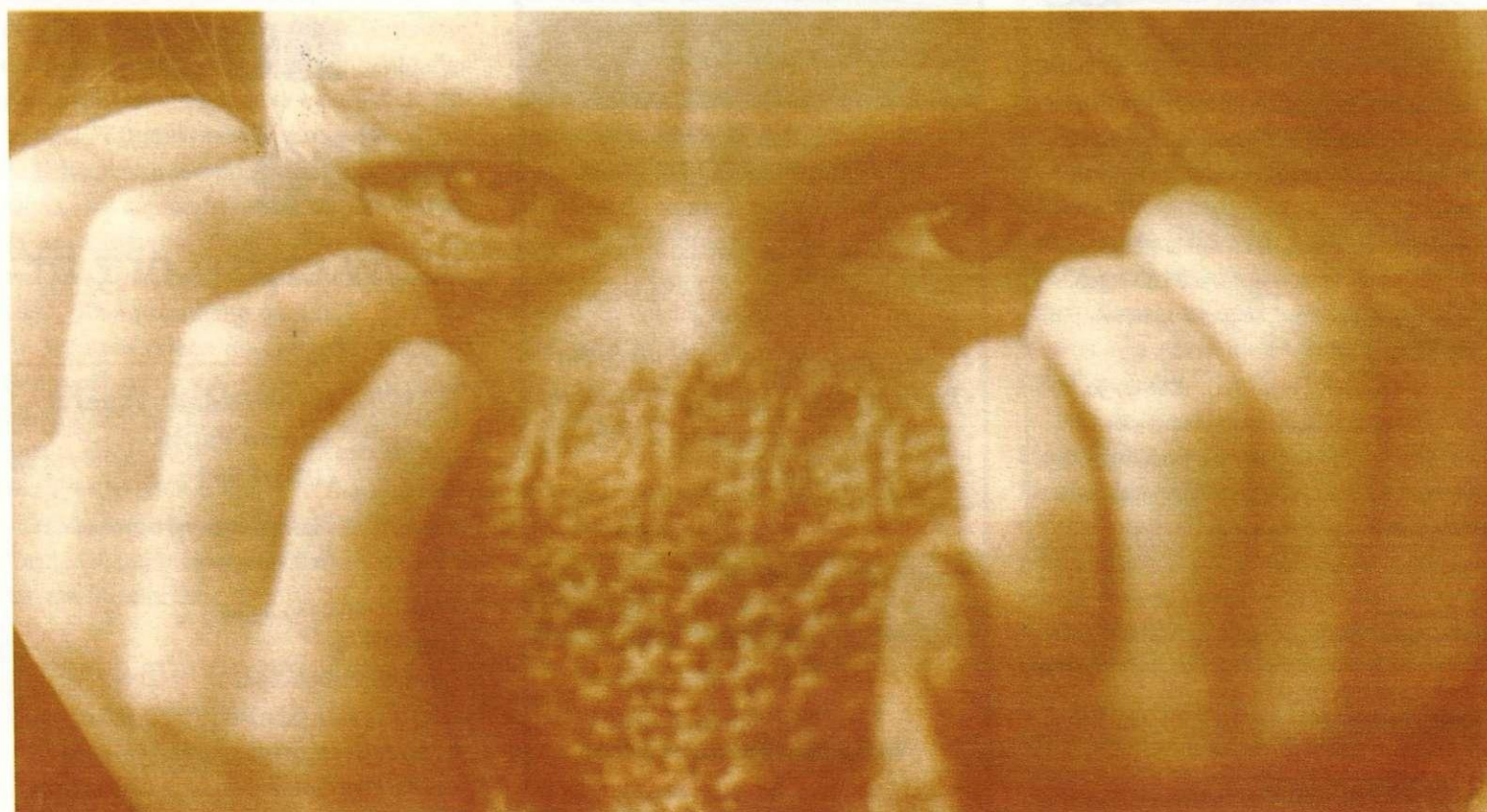
Ele destaca que o Conselho Regional de Psicologia foi chamado para firmar uma parceria com a Prefeitura de São Paulo no projeto. "Queremos tornar o suicídio uma questão de debate para a sociedade como um todo, e o CRP estimula a discussão. Também identificamos que a possibilidade de parceria da Secretaria com o CRP e as faculdades de psicologia seria uma maneira de aumentar a nossa capacidade de absorver a demanda que nós vamos, praticamente, criar. Vamos começar a identificar tentativas de suicídio e precisaremos contar com os recursos das clínicas-escola, das faculdades de psicologia e dos institutos de formação em psicanálise e psicoterapia, não só para atendimento, mas para pensar políticas que contribuam na prevenção dos suicídios", explica Lobo Garcia.

O Plano de Prevenção ao Comportamento Suicida proposto pela Prefeitura

tem como principais objetivos reduzir o número de suicídios e comportamentos suicidas no município de São Paulo, diminuir a morbidade associada ao período pós-tentativa de suicídio, nos indivíduos e famílias, identificar o perfil e algumas das condições associadas às tentativas de suicídio na população de São Paulo e, ainda, rastrear os pontos de maior fragilidade do sistema na atenção ao comportamento suicida.

Vale ressaltar que não são apenas os suicídios que significam um sério agravamento à saúde coletiva. A morbidade relacionada às tentativas de suicídio para os indivíduos e seus familiares também representa um problema de saúde pública. Os fatores determinantes são múltiplos e de interação complexa. Cerca de 90% dos casos e 40% das tentativas de suicídio estão associados a transtornos mentais, principalmente depressão e abuso de substâncias psicoativas. "Para pensar o suicídio você precisa pensar não puramente do ponto de vista médico, mas quais são as determinantes sociais", destaca Leon.

Uma das principais ações da proposta da Secretaria seria implantar um programa de busca ativa dos indivíduos que tentaram suicídio, por meio da mobilização





dos profissionais de saúde mental, PSF e parceiros da sociedade civil (clínicas-escola e CRP) para garantir um plano de seguimento dos indivíduos que tentam se matar, após receber alta dos serviços de emergência. "O plano será adaptado da proposta da OMS que prevê um calendário mínimo de consultas em 1,2,4 e 7 semanas e 4,6,12 e 18 meses após a alta. Se necessário, estão previstos contato telefônico e visita domiciliar ao paciente", explica Leon de Souza.

O Projeto deverá contar com a participação de centenas de profissionais. "A gente vai mobilizar os recursos da Secretaria de Saúde (profissionais, serviços de emergências, CAPs) para montar uma espécie de central de vigilância de suicídio", informa o assistente técnico. "Nós também já conversamos com o Ministério da Saúde. Foi sinalizado que talvez este possa ser o ponto de partida para uma iniciativa nacional voltada para as grandes metrópoles", comemora ele.

Leon de Souza disse, ainda, que uma espécie de parceria com a Unicamp vai permitir a elaboração de estatísticas, a ter uma idéia de quem são as pessoas que tentam suicídio. "O professor Neury Botega, do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Unicamp será o responsável pelas informações. Hoje ele está à frente de um estudo sobre suicídio, promovido pela OMS em vários lugares do mundo, na tentativa de traçar um perfil dos suicidas e testar a proposta de segmento com busca-ativa. A idéia é aproveitar o *know-how* do grupo da Unicamp para nos ajudar a fazer a avaliação disso que nós vamos estar implantando numa escala gigantesca em São Paulo. Inclusive já pedimos um financiamento para a Fapesp para viabilizar essa parceria com a Unicamp", informa ele.

**Parceria** - O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo formou uma comissão composta por Maria Ângela Santa Cruz, Felícia Knobloch e Maria Cristina Vicentin para dar resposta à proposta da Prefeitura de implantação do Programa em parceria com clínicas-escola. "A Prefeitura trouxe um perfil de proposta de prevenção traçado a partir de proposições da OMS e de experiências feitas em Campinas, na Unicamp. Tomamos tal proposta como sugestão de um modo possível de lidar com a questão da prevenção do suicídio e nos ocupamos mais em alinhar um modo como as parcerias Prefeitura-Clínicas/Escola-CRP seriam feitas, já que entendemos que esta pode ser uma excelente oportunidade para iniciar e consolidar a criação de uma rede de atenção à saúde que rompa com a fragmentação e isolamento das ações seja da Universidade e Institutos de Ensino, seja da Prefeitura", informa Ângela Santa Cruz.

O Conselho Regional de Psicologia propõe que as clínicas-escola, ao receber pacientes - identificados como comportando risco de suicídio - tanto por demandas espontâneas, como encaminhados pelas unidades de saúde do SUS: indiquem o paciente a uma unidade de saúde em seu distrito, quando necessário; articulem-se

**“Queremos tornar o suicídio uma questão de debate para a sociedade como um todo, e o CRP estimula a discussão”**

**Leon de Souza Lobo Garcia**



com seu distrito de saúde de referência para garantir a proposta mínima de atendimento sugerida pela OMS; elaborem um projeto clínico singular para cada paciente, articulado a uma unidade de saúde da região, que possa incluir atendimento psicoterápico (individual, grupal, familiar), visita domiciliar, acompanhamentos terapêuticos, trabalho clínico-institucional junto aos equipamentos de referência do paciente (escola, espaços de lazer e cultura, convivência comunitária). O CRP-SP sugere também a realização de um levantamento de soluções locais, a partir de cada caso, que vinculem os pacientes a recursos da comunidade, mapeamento das instituições de saúde e outras pelas quais essa pessoa transitou e os procedimentos utilizados, a produção de informações a partir de uma ficha padrão de registro - consensuada entre as clínicas-escola, e funcionamento de ponto de articulação, em cada situação particular, com várias instâncias: CVV, distrito, hospital, igreja, clube, escola, família, SUS, etc.

O CRP-SP terá como função promover condições de oferecer suporte clínico-teórico-institucional, à medida da necessidade quando do surgimento de diferentes demandas que podem advir das clínicas-escola, na execução do projeto. Para essa promoção foi sugerida a criação de uma equipe composta por até cinco participantes das diferentes instituições (CRP, CE,

SSM) envolvidas no projeto a reunir-se periodicamente. Essa equipe terá como funções articular, integrar, analisar e propor estratégias e dispositivos que alimentem a execução do plano, trabalhando a partir dos problemas concretos detectados no processo de sua implementação.

Para a efetivação da proposta, o Conselho propõe um prazo de seis meses para a realização de um piloto, a partir do qual se faria uma avaliação conjunta para eventuais "correções de rota", tanto do ponto de vista clínico (entende-se por clínico os diferentes dispositivos acionados para a efetivação dos múltiplos projetos clínicos - atendimentos psicoterápicos, apoio familiar, seguimentos telefônicos, reinserção na escola, nos grupos de referência) como do ponto de vista do levantamento epidemiológico realizado até então. A partir desta avaliação e reformulação de rota, seria dado prosseguimento à implementação da segunda parte do projeto, também com um prazo de seis meses para sua execução, quando se faria uma nova avaliação.

Os trabalhos do Plano de Prevenção Ao Comportamento Suicida já começaram por meio de reuniões iniciadas no primeiro semestre de 2003 entre os representantes da Prefeitura, do Conselho Regional de Psicologia e sociedade civil em geral. A expectativa é que as propostas sejam colocadas em prática ainda este ano. ●



# Educação gerontológica: campo que se abre à atuação do psicólogo numa sociedade que envelhece<sup>1</sup>

Anita Liberalesso Neri<sup>2</sup>

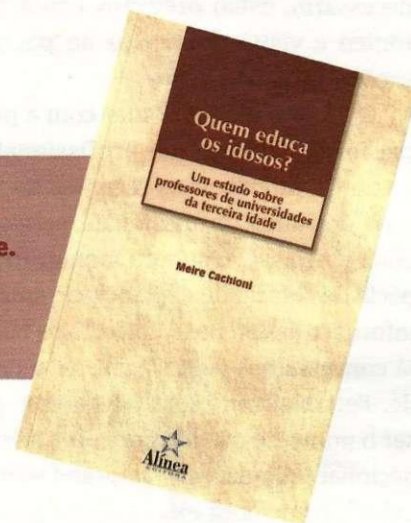
O envelhecimento populacional é caracterizado por declínio da mortalidade infantil, por diminuição de mortes de adultos por doenças infecciosas e pelo declínio das taxas de natalidade. Vem ocorrendo de forma relativamente rápida no Brasil. Nossa população de pessoas de 65 anos e mais cresceu de 2,8% em 1960 para 3,1% em 1970, para 4,0% em 1980, para 4,8 em 1991 e para 5,1% em 2000. Prevê-se uma taxa de 5,9% em 2010 e de 7,7% em 2020. Nos últimos 60 anos houve também expressiva evolução da expectativa de vida por ocasião do nascimento. Em 1900 ela era de 34 anos, em 1940 de 39 e em 1990 de 61 anos. No ano 2000, a esperança de vida do brasileiro aos 60 anos era de 17,8 anos; aos 65 de 14,3; aos 70 de 11,1; aos 75 de 8,4 e aos 80, de 6,1 anos. Estima-se que será de 71 anos em 2010 e de 75 em 2020. Em 1980, aos 60 anos, os homens podiam esperar viver mais 14,2 anos e as mulheres mais 17,6; em 1991 essas taxas atingiram 15,3 para os homens e para 18,1 para as mulheres. Em 2000 foi de 16 anos para os homens e 19,5 para as mulheres<sup>3</sup>.

Existe a falsa crença de que o aumento da porcentagem de idosos na população brasileira é o grande vilão na determinação dos nossos problemas nos campos da saúde e da previdência social e que, assim sendo, o envelhecimento populacional é uma espécie de má sina. No entanto, o crescimento do número de idosos na população total e o aumento da expectativa de vida são indícios de progresso social e se nossos idosos enfrentam penúria e doenças, é sinal de que a sociedade brasileira tem que evoluir mais para proporcionar boa qualidade de vida a cidadãos de todas as idades. Enquanto isso, a crescente presença de mais idosos, parte dos quais mais longevos, saudáveis e educados do que no passado, irá provocando mudanças na dinâmica das instituições sociais e produzindo novas demandas para os indivíduos e para a sociedade. Há uma tendência de progresso no redelineamento das profissões existentes e na institucionalização de novos campos profissionais, sob o impacto das necessidades e oportunidades criadas pelo aumento do contingente de idosos. Entre elas está a psicologia.

A educação formal é um campo que se abre para a atuação do psicólogo, no que tange ao atendimento aos idosos. No centro da atuação em educação formal estão as iniciativas associadas à formação e ao acompanhamento de recursos humanos para o atendimento à saúde física e men-

## Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade.

Meire Cachioni  
Campinas: ÁtomoAlínea, 258 págs.



tal dos idosos. Trabalhando em escolas de segundo grau, na universidade, em hospitais, em postos de saúde, nas prefeituras e em instituições de longa permanência para idosos, os psicólogos podem atuar no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com as necessidades dos mais velhos. O grande imperativo a ser cumprido pelos psicólogos que optarem por esse caminho é primeiro formar um ponto de vista científico que lhes permita perceber, respeitar e adequar-se à grande heterogeneidade dos perfis de saúde física e mental, independência, produtividade, participação social, exercício de papéis sociais, envolvimento com as metas de um grupo, valores e autonomia existentes nesse segmento da população. Depois, convenientemente informados, poderão pensar em formar pessoas com sensibilidade e conhecimento para lidar com as demandas específicas de pessoas diferenciadas pelas suas experiências de vida e pelas suas características biológicas e comportamentais.

A educação não formal é outro nicho em potencial para a atuação do psicólogo. No Brasil essa forma de acolhimento aos idosos é principalmente representada pelas Universidades da Terceira Idade. As primeiras surgiram no início dos anos 1980, voltadas ao investimento no tempo livre que, segundo a ideologia que prevalecia na origem dessa modalidade de educação, deveria ser preenchido com atividades culturais, sociais e de lazer que promovessem a saúde e o bem-estar dos idosos. A esse objetivo logo se acoplou o de incentivar o aprimoramento da cidadania, vista tanto em termos de aprendizagem crítica sobre os direitos sociais, quanto em termos de melhora da imagem social dos mais velhos. O contato intergeracional permitido pelo acesso de adultos maduros e de idosos aos bancos da universidade, para freqüentar programas de extensão, também foi sendo cada vez mais admitido como um dos objetivos a serem focalizados.

Atualmente as Universidades da Terceira Idade estão disseminadas por todo o País. Sem contar os ganhos intelectuais para os participantes e os ganhos institucionais para a universidade - muitas melhoram sua imagem na comunidade, enquanto outras descobrem novos campos de pesquisa e de ensino - esses programas se constituem em espaço favorável à construção social do conceito de velhice entre pessoas de todas as idades e de mudança de imagem e de afirmação social para os idosos. Entre estes, ressaltam-se os ganhos para as mulheres mais velhas das camadas intermediárias da população, que constituem presença majoritária nesses programas.

Por observar que a psicologia do envelhecimento e a gerontologia ainda não contam com tradição acadêmica no Brasil, antes de começar a pesquisar o perfil de professores de Universidades da Terceira Idade Meire Cachioni possivelmente pressentia que a maioria deles, principalmente os mais velhos, não tinham aprendido sobre velhice ou sobre educação de idosos nos bancos universitários. Sua suposição deverá ter se confirmado a partir da análise das características sócio-demográficas, educacionais e profissionais de amostra de 102 docentes que atuavam em sete programas localizados no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e que foram escolhidos por serem os mais representativos das modalidades de Universidades da Terceira Idade existentes no País. Apenas treze entre os 102 docentes tinham feito curso de pós-graduação em Gerontologia ou Geriatria. Só nove tinham estudado sistematicamente sobre educação de idosos. A maioria não trabalhava com idosos antes de ligar-se ao programa. Entre os professores predominam mulheres entre 40 e 59 anos. A formação da maioria era em ciências sociais e humanas e, em segundo lugar, em ciências biológicas e da saúde. Quase a metade não eram professores universitários, mas dentre os que eram, a maioria estava



na carreira há mais de 20 anos. A instituições que ofereciam cursos, mantinham grupos de estudo e faziam pesquisa sobre velhice tinham a maior parte dos seus professores de idosos engajados nessas atividades. Isto evidencia o papel positivo desempenhado pela presença de idosos na promoção de iniciativas de ensino e pesquisa sobre velhice.

O que motivaria os professores a se envolver com a educação de idosos foi uma segunda pergunta que Meire Cachioni se fez, imaginando que possivelmente teriam alguma explicação ligada a aspectos particulares do contato com a clientela, ou então teriam, eles próprios, alguma característica psicológica distinta. Essas hipóteses conduziram a pesquisadora a construir dois instrumentos. Um, composto por três questões abertas, foi aplicado para investigar motivos e vantagens percebidos em ser docente de Universidades da Terceira Idade. O outro, que consistiu numa escala de 20 itens, foi usado para conhecer os auto-relatos dos professores sobre o seu bem-estar psicológico (ou maturidade), em termos de autonomia, crescimento pessoal, senso de domínio, relações positivas com os outros, metas ou propósito na vida, auto-aceitação e geratividade.

As autodescrições dos professores confirmaram as hipóteses de Meire Cachioni. Embora todos tenham descrito a si próprios como pessoas movidas por desafios, preocupados com o bem-estar dos outros, produtivos, engajados na tarefa e em busca de excelência pessoal, algumas diferenças favoreceram o grupo mais velho. De fato, os professores mais velhos e que trabalhavam há mais tempo com idosos foram os que pontuaram mais alto no instrumento de bem-estar psicológico. Os que pontuaram mais um pouco mais baixo nessa escala relataram ver mais as vantagens profissionais relativas à carreira e apontaram principalmente motivos ideológicos e vantagens profissionais direcionadas à carreira como reguladores de sua atividade docente com idosos. Os que foram levados a serem docentes a convite, que eram justamente os mais velhos e, dentre eles, os que não eram professores universitários, relataram que os principais motivos para estarem engajados em educação de idosos eram que o ambiente lhes propiciava compensadoras trocas afetivas e vantagens sociais.

Em todas as instituições, os professores apontaram principalmente ganhos pessoais, ganhos profissionais e ideologia como motivos para trabalhar na universidade da terceira idade. Entre os ganhos pessoais, o mais citado foi poder aprender dos mais velhos (93% da amostra). Entre os motivos profissionais os mais citados foram os ganhos intelectuais e para a carreira, em proporção que sobrepujou as menções de que lecionar para idosos faz aumentar o engajamento social. Os motivos ideológicos foram expressos por dois terços da amostra, que os definiu como contribuir para mudar o panorama e a mentalidade sobre o velho e contribuir para a valorização do idoso na sociedade.

A autora comenta que a avaliação que os professores fizeram do contato com ido-

sos foi absolutamente positiva. A relação professor-aluno foi descrita como intensa troca de conhecimentos, por um lado sobre a vida - contribuição dos alunos -, por outro sobre a teoria - contribuição dos professores. Os vínculos afetivos que se estabelecem são percebidos como fortes e os professores se dizem respeitados e valorizados, sem o desgaste de imagem que percebem nos cursos de graduação.

A convivência com idosos na Universidade tem mostrado que eles podem tirar proveitosos cognitivos, sociais e afetivos e que, além disso, é vantajoso para os professores e para a instituição tê-los alunos como alunos. No entanto, nota Cachioni, a Psicologia e a Educação historicamente adotam posições que contradizem esses princípios. Acredita-se, assim, que a educação é somente para os jovens e as crianças; que gastar dinheiro com a educação de idosos é um desperdício; que os mais velhos não conseguem aprender nada novo porque as funções psicomotoras e cognitivas declinam com a idade; que despender esforço intelectual em excesso prejudica os idosos e que de nada adianta educá-los, se eles estão em processo irreversível e progressivo de afastamento social.

Em que medida esses preconceitos e outros a eles associados estariam presentes nas avaliações que professores de idosos fazem dos sujeitos do seu trabalho? Para responder a mais esta questão, Meire Cachioni aplicou aos seus 107 sujeitos uma escala diferencial semântica para medir atitudes em relação a idosos, a qual é composta por atributos pertencentes aos domínios conceituais cognição, agência, relacionamento social e *persona*. Verificou que as atitudes foram em geral positivas e que, dentre elas, as mais positivas foram relativas aos domínios cognição e *persona*, justamente aqueles sobre os quais pesam mais estereótipos e preconceitos em relação à educabilidade dos idosos. Interessantemente, quanto mais alto o nível de especialização dos professores em Geriatria e Gerontologia, menos positivas e até mesmo negativas foram as atitudes em todos os domínios da escala, com exceção do cognitivo. A autora conclui que os dados seriam afetados pela experiência dos professores com idosos e que, longe da existência de uma visão cor-de-rosa, indicam que quanto mais se convive e se conhece os idosos, mais realista e contextualizada pode ser a visão sobre esse grupo heterogêneo.

Como já foi comentado no início, os conhecimentos especializados desempenham um papel fundamental no atendimento de boa qualidade aos mais velhos. É importante que se diga que um tratamento amador e intuitivo só não é rejeitado com vi-

gor principalmente porque a grande maioria dos idosos ainda não tem conhecimentos e poder político suficientes para fazê-lo. Se é importante formar bem os educadores de idosos, qual será a relação entre os conhecimentos básicos que apresentam sobre velhice e sua experiência educacional e profissional, seus motivos e suas atitudes em relação à velhice? Para responder a essas questões, Cachioni submeteu seus sujeitos a um questionário cobrindo os domínios físico, psicológico, social, cognitivo e misto. Os docentes das diferentes instituições apresentaram conhecimento equivalente e tiveram pontuação mais alta nos domínios físico e cognitivo. Os que pontuaram mais alto foram os que eram graduados em ciências biológicas e da saúde, os que tinham curso de especialização em Geriatria e Gerontologia, os que participam de grupos de estudo e os que tinham experiência de trabalhar com idosos antes de se tornarem professores de Universidades da terceira Idade. Segue-se que uma das tarefas mais importantes a serem assumidas pelas instituições que pretendem dedicar-se à educação dos adultos maduros e dos idosos é preparar bem os seus docentes.

Como bem lembra a autora, os dados das pesquisas contidas no livro *Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade* não podem ser generalizados para a totalidade dos professores de idosos existentes no Brasil. Porém, o conjunto formado pelos dados, pelos instrumentos, pelo delineamento das pesquisas e pelas análises estatísticas uni e multivariadas oferece contribuição científica original, pioneira e de alta qualidade. Valoriza ainda mais esse conjunto uma cuidadosa revisão da bibliografia nacional e internacional sobre os desafios e oportunidades de dois campos interdisciplinares, a Gerontologia e a Educação. Além disso, há o criterioso levantamento das Universidades da Terceira Idade e dos cursos de pós-graduação em Geriatria e Gerontologia existentes no Brasil até 2002. No que tange ao levantamento e à análise da literatura sobre as variáveis psicológicas - atitudes, crenças, motivos e auto-relatos sobre bem-estar psicológico -, Cachioni igualmente oferece o que é corrente na literatura internacional recente e usa esse material para discutir os seus dados. Finalmente, é importante notar que o trabalho resenhado é um sinal precursor da proposição contida no título deste artigo: que a velhice e a Educação Gerontológica são campos que se abrem à atuação do psicólogo no Brasil hoje. Ele bem realizará esse desígnio, se souber trabalhar em estreita colaboração com outras disciplinas e profissões. ●

<sup>1</sup> Resenha do livro de Meire Cachioni (2003). *Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade*. Campinas: ÁtomoAlínea, 258 págs.

<sup>2</sup> Psicóloga e Professora Titular na UNICAMP, onde ensina e pesquisa sobre Psicologia do Envelhecimento.

<sup>3</sup> Camarano, A A ; Beltrão, K.I.; Pascom, A R.P.; Medeiros, M. e Goldani, A M. (1999). Como vive o idoso brasileiro? In A A Camarano (org.), *Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros*. RJ: IPEA, pp.19-71 <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/textoambossexos2000/shtm>, em 31 de agosto de 2003.



## Estante

### O Sintoma e a Clínica Psicanalítica. O Curável e o que não tem Cura.

Escrito por Maria Cristina Ocariz, professora do Curso Psicanálise – Teoria e Clínica, do Instituto Sedes Sapientiae. O livro fornece um importante instrumental para aqueles que, no cotidiano de sua prática clínica, deparam-se com a questão da não dissolução ou transformação dos sintomas durante um processo analítico. A autora discute conceitos fundamentais da teoria e clínica psicanalíticas nas obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan. A partir da apresentação de um caso, pode-se constatar que o ser humano não vive sem sintoma. Saber o que fazer com o próprio sintoma, este é o fim de uma análise. Via Lettera, (011) 3862-0760, 208 págs. R\$ 35,00.

### Drogas – Prevenção e Tratamento

Cercado de tabus, preconceitos e moralismos, o tema recebe atenção e observações atualizadas e relevantes. Os autores esclarecem a questão da existência da droga nas sociedades do passado e na contemporânea. Distingue-se do discurso unilateral que pende para o grande mal da modernidade, sem cair no discurso apolítico. Escrito por Daniela Pinotti Maluf, Edson Henry Takei, Lygia Vampré Humberg, Marine Meyer e Thais Helena Mourão Laranjo, o livro exalta a valorização das relações mais solidárias e democráticas. Editora Cla Cultural, (11) 3766-9015, 95 páginas, R\$ 19,00.

### Tempo e Subjetividade no Mundo Contemporâneo

Tomando como ponto de partida indagações como “o que dizer do tempo psíquico perante o tempo virtual” é que a psicanalista Marília Pereira Bueno Millan tece os fios de suas reflexões, buscando para isto, as contribuições da filosofia, da física, da sociologia, da neuropsicofisiologia e, principalmente, da psicanálise sobre a questão do tempo. A autora também disserta seus efeitos em relação à tecnologia e, conseqüentemente, à sofisticação e miniaturização de equipamentos, que acabam influenciando o modo de vida e a interpretação do mundo instrumental em relação ao mundo simbólico. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 128 págs. R\$ 16,00.

### Texturas da Psicologia

O livro coloca a subjetividade como questão importante e a análise de muitas formas e perspectivas. É uma leitura sobre vários temas que estão em foco: as práticas “psi”, as instituições, o tempo, a educação, a formação profissional, a ética, os processos de subjetivação, o trabalho, a saúde e as formas manicomial de tratamento. Analisados sempre da perspectiva crítica da psicologia e dos direitos humanos. Os autores Leila Domingues Machado, Maria Cristina Campello Lavrador e Maria Elizabeth Barros de Barros, reuniram em onze capítulos os níveis diferenciados do campo social, compondo um rico documento sobre a contemporaneidade. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 186 págs, R\$ 22,00.

### Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar

Esta produção organizada por Sylvia Maria Ciasca reúne o trabalho de pesquisa de professores, neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, da Unicamp, Unesp, Puc e outras instituições. A proposta principal da obra é encontrar o meio termo, o acordo, entre o trabalho de equipes multidisciplinares com conhecimentos científicos e tecnológicos diversos, distintos e complementares, possíveis de ajustes e interpretações no campo da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo. Diante da constatação de anormalidades na aprendizagem, o leitor constatará quais são as delineações e estratégias corretivas que servirão de alento para o educador em sala de aula. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 220 págs, R\$ 26,00.

### Psicanálise: uma a Leitura Trágica do Conhecimento

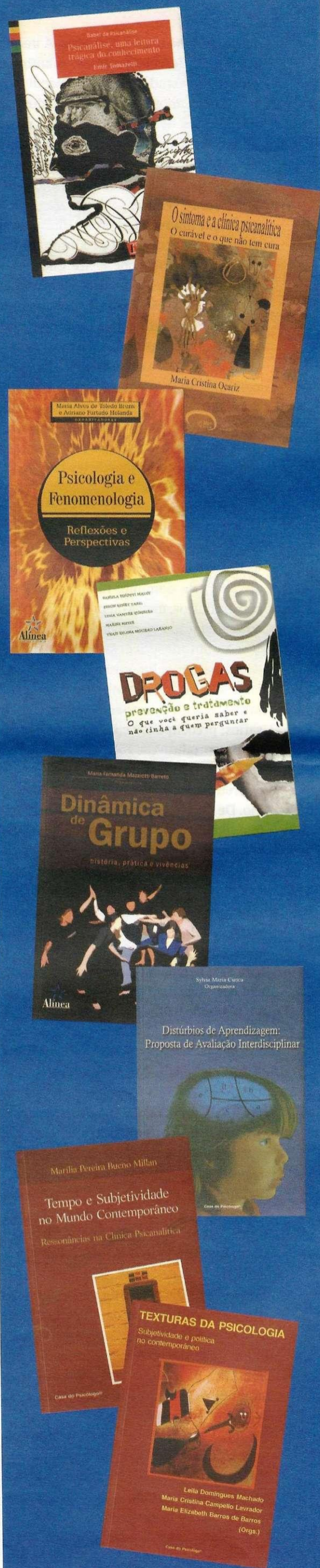
Parte de uma coleção com quatro volumes, esse livro assinado por Emir Tomazelli trata dos problemas vinculados à construção do conhecimento. Discute a relação entre ciência “dura” e “onírica”. A tristeza é um elemento central, tendo sobre si a responsabilidade de dar ao humano aquilo que lhe permite escapar do atávico, do telúrico, da herança física do trauma, isto é, o próprio corpo, mas não inibe que o trágico prevaleça. Propõe vãos e atrevimentos, experimentando uma forma coloquial para se discutir mais a fundo a questão da cognição humana, da educação e da transmissão da psicanálise. Editora Rosari, (11) 5571-7704, 196 páginas, R\$ 39,00.

### Psicologia e Fenomenologia – Reflexões e Perspectivas

O tema complexo evoca o cuidado teórico e empírico dos pesquisadores Maria Alves de Toledo Bruns e Adriano Furtado Holanda. O polêmico nessa obra considera a proximidade da fenomenologia com existencialismo, empirismo, racionalismo e romantismo. Descrever os sentimentos ou observá-los nos outros pode ser a base empírica para uma análise lógica e sistemática da evidência contida nestas verbalizações (consciência da experiência). Editora Alínea, (19) 3232-9340 / 3232-2319, 157 páginas, R\$ 25,00.

### Dinâmica de grupo – História, Prática e Vivências

O livro de Maria Fernanda Mazziotti Barreto proporciona ao leitor um conhecimento sólido das origens e do florescimento da psicologia centrada na dinâmica de grupo e nas relações interpessoais, assim como da problemática do seu ensino-aprendizagem. É também um apanhado didático, bem estruturado, do psicodrama, que o relaciona com a dinâmica de grupo e tem particularmente em vista os que se iniciam nas técnicas desenvolvidas por Moreno e seus discípulos. Editora Alínea, (19) 3232-9340 / 3232-2319, 125 páginas, R\$ 28,00.





## Psicologia Social é reconhecida como especialidade

O CRP-SP comunica que os psicólogos especializados em psicologia social já podem solicitar seu título.

Para habilitar-se ao título de Especialista em Psicologia Social e obter o registro, o psicólogo deverá estar inscrito no CRP há pelo menos dois anos e atender aos requisitos de uma das situações especificadas na Resolução CFP Nº 02/01, no Capítulo I, Artigo 1º - concessão de título profissional de Especialista em Psicologia por experiência comprovada de 5 (cinco) anos de exercício profissional na área, até a data da entrega da solicitação; no Capítulo II, Artigo 3º - concessão por aprovação em concurso de provas e títulos; e Capítulo III, Artigo 4º - concessão por conclusão de cursos de especialização, e ainda a condição prevista no Inciso IV do Parágrafo 1º do Artigo 1º da Resolução CFP 02/01, na forma da Resolução CFP N.º 03/02, que trata da atividade de supervisão de estágio.

**ATENÇÃO:** na primeira modalidade de 5 anos de experiência profissional comprovada, o prazo para a solicitação do registro se encerra em 9 de março de 2004 (270 dias a contar do dia 14 de junho de 2003, data de publicação da Resolução CFP Nº 005/2003 que regulamentou o título na especialidade)

A Psicologia Social é uma área com grande desenvolvimento no país, como mostrou a I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia Social, realizada em outubro de 2000, em São Paulo, que reuniu muitos profissionais que atuam na psicologia comunitária, na psicologia ambiental, na institucional, na psicologia de relações e na de comunicação, que trabalham, enfim, junto aos fenômenos sociais e coletivos.

## Revista Psicologia, Ciência e Profissão

O Conselho Federal de Psicologia informa que a revista Psicologia, Ciência e Profissão estará disponível apenas por meio eletrônico a partir da edição 23.1 ou impressa em papel nas bibliotecas das universidades.

## V Congresso Nacional da Psicologia

Já começaram os eventos regionais preparatórios para o V Congresso Nacional da Psicologia (CNP), previsto para junho de 2004, em Brasília. Os encontros acontecerão de setembro a abril do próximo ano. O objetivo é definir a política dos Conselhos para o próximo período de 2004 a 2007. O tema do Encontro é "Protagonismo Social da Psicologia: as Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais".

Paralelo ao processo de construção do V CNP, dá-se a formação de chapas para as eleições do Conselho, eleições que ocorrem em 27 de agosto de 2004. O CRP-SP já abriu suas portas para grupos que desejem se reunir com esta finalidade. Os eventos preparatórios para o V CNP também estão na rua, como os que ocorreram em outubro sobre informática e religião. Acompanhe e participe do processo.

Mais informações, acesse [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br)

## Testes Psicológicos

Em novembro, previsto para o dia 6, deverá ser publicada a lista definitiva do primeiro conjunto de testes psicológicos avaliados pelo CFP. A partir desta data, estarão em condições de uso pelos psicólogos apenas os testes que têm aprovação plena. O processo de avaliação tem continuidade após esta data e os psicólogos deverão estar sempre atentos.

## Alterações nos Contratos Sociais com o Novo Código Civil

Todos os psicólogos, registrados como pessoas jurídicas, têm até o dia 10 de janeiro de 2004 para alterar o contrato social de suas empresas. A mudança é uma exigência do novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

O assessor jurídico do CRP-SP, dr. Marcelo Del Chiaro, destaca quatro pontos que precisam ser atentamente observados:

- O registro das empresas deverá ser feito nos Cartórios de Registros Cíveis e Pessoas Jurídicas e não mais nas Juntas Comerciais, que receberão registro apenas de empresas da indústria e do comércio (art. 998 e parágrafos);
- O nome da empresa registrado como Sociedade Civil deverá ser alterado para Sociedade Simples (da sociedade personificada - Capítulo I Seção I - artigo 997 e seguintes);
- A partir do próximo ano, todos os sócios responderão pela integralidade da empresa perante o Fisco e a Justiça independente da quantidade de cotas que possui na sociedade (artigo 1055 § 1º);
- Marido e mulher, casados em regime de comunhão de bens, não poderão ser mais sócios. Um dos dois terá que deixar a sociedade no novo contrato social (art. 977).

O assessor jurídico aconselha que os psicólogos com empresa constituída procurem seus contadores para se informar sobre as alterações que deverão ser feitas no contrato social. Cópia autenticada do contrato social deverá ser, posteriormente, encaminhada ao CRP-SP para que o cadastro neste Conselho seja atualizado.

## Ato Médico é novamente adiado

A apreciação do Requerimento nº 646/2003, que propõe a tramitação conjunta do projeto de lei de que trata o Ato Médico ao PL 268/2002, foi adiada no Senado Federal. O senador Romero Jucá, relator revisor, solicitou prazo para proferir seu parecer sobre a matéria. Os PL 268/2002 e 25/2002 estão aguardando designação do relator. Em seguida serão distribuídas para análise dos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

## Informática e Religião no CRP-SP

Dois eventos, programados com os eventos preparatórios para o V CNP em São Paulo, agitaram o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Nos dias 10 e 11 de outubro, aconteceu o II Simpósio de Psicologia e Informática, em São Paulo. Descobrir como integrar a informática ao cotidiano da Psicologia foi o foco norteador das mesas redondas do encontro. Temas como Psicoterapia, recrutamento e Seleção via Internet e testes psicológicos informatizados foram explorados a fim de estabelecer a linha divisória que separa a eficiência do compromisso ético na psicologia.

Nos dias 17 e 18 de outubro, foi realizado o evento "A Ética da Psicologia". Práticas Psicológicas e religiosidade foram um dos temas discutidos. Organizado pelo Conselho Federal e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a idéia é observar o papel da religiosidade junto às inter-relações sociais e de que maneira os psicólogos podem atuar nesse contexto, considerando a ciência e as mudanças conceituais do mundo contemporâneo.

## Seleção Pública para vagas no CRP-SP

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo realizará a partir de novembro seleção de pessoal para preenchimento de vagas em seu quadro de funcionários. São 17 vagas para auxiliar de serviços gerais, auxiliar de manutenção, auxiliar administrativo I, atendente, secretária, assistente técnico e supervisor de compras. As inscrições encerraram-se dia 10 de outubro. A data prevista para a realização da primeira prova é dia 9 de novembro. As provas serão aplicadas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

## Não há o que mudar no Estatuto da Criança

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em sua 106ª Assembléia Ordinária, realizada do dia 12 a 14 de agosto deste ano, concluiu que não cabe discutir a questão do direito penal juvenil do Brasil. O art. 228 da Constituição Federal define claramente que "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". O CONANDA inferiu, portanto, que se a Constituição é clara, o Estatuto da Criança e Adolescente também o é, não parecendo oportuno discussão desta natureza.

## Proibição imediata do uso da eletroconvulsoterapia.

O CRP-SP está envolvido na mobilização contra a volta do uso de eletrochoques nos hospitais psiquiátricos do país. As denúncias indicam que os hospitais que compraram aparelhos de ECT (US\$10.000 a unidade) o fizeram por pressão de interesses financeiros de laboratórios americanos e de donos de hospitais psiquiátricos, na ocasião de seminário realizado em abril de 2002, em Brasília. O movimento exige atitude do Ministério da Saúde contra esta prática e pede o fim do consentimento ao uso do eletrochoque em nossas instituições psiquiátricas, deixando de pagá-los por meio do SUS. Envie ao Ministério da Saúde ([saudemental@saude.mg.gov.br](mailto:saudemental@saude.mg.gov.br) e [ccs@ccs.saude.gov.br](mailto:ccs@ccs.saude.gov.br)) seu repúdio ao uso ECT no Brasil.

## V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos

Uma realização da Comissão Nacional de Psicologia e Direitos Humanos do CFP, com o apoio das Comissões Regionais do Sistema Conselhos de Psicologia. O objetivo do evento é possibilitar o debate e a reflexão sobre as questões relacionadas aos direitos humanos e as prática profissionais. As inscrições devem ser feitas nos Conselhos Regionais de Psicologia até o dia 10 de novembro de 2003.

Maiores informações no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) ou no telefone (61) 429-0100